



Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Psicologia Social e das Organizações

O Papel do Suporte Social Percebido nas Práticas Parentais Negligentes em Famílias Monoparentais Maternas

Daniela Duarte Agostinho

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Comunitária e Protecção de Menores

Orientadora:
Doutora Carla Moleiro, Professora Auxiliar,
ISCTE-IUL

Setembro, 2012

Agradecimentos

Finalizada esta etapa, importa agradecer e reconhecer a ajuda e motivação daqueles que, directa e indirectamente, fizeram parte deste percurso.

Começo por agradecer aos meus pais e irmãos, pelo apoio incondicional em todos os desafios a que me proponho e pelo carinho especial que souberam prestar nas alturas mais adversas.

À Professora Doutora Carla Moleiro, a quem presto um profundo agradecimento pela orientação e confiança que me depositou. A disponibilidade, serenidade e boa disposição foram um marco importante nos momentos de maior ansiedade e insegurança.

À Doutora Ana Melo que prontamente me facultou a escala de avaliação e material científico relevante para o desenvolvimento de um bom trabalho. Não obstante, aproveito para agradecer à Doutora Glenda Kantor, pela permissão da aplicação da escala adaptada e pelo interesse manifestado no estudo.

À Professora Doutora Clara Barata que, nas apresentações do seminário, contribuiu para a maturação de algumas ideias.

À D.^a Dina Anfilóquio que, ao mínimo problema, mostrou-se sempre disponível para ajudar. Às colegas de trabalho que me ajudaram na recolha da amostra, em especial à Vera Quelhas, Vânia Ribeiro e à Patrícia. Agradeço o tempo e o esforço dedicados na distribuição dos questionários pelos vossos serviços de intervenção.

Aos colegas e amigos que fiz nestes anos, em especial à Cátia Duarte que sempre me acompanhou nos trabalhos, contribuindo com o seu conhecimento e boa disposição, nas tardes de trabalho infindáveis no ISCTE e com quem partilhei angústias e sucessos. Obrigada Amiga!

E termino com um agradecimento muito especial: ao meu companheiro Tiago. Embora longe de vista soube sempre tranquilizar-me e apoiar-me nos momentos mais inseguros. Aqui fica o meu reconhecimento fiel.

Resumo

Estudos indicam que a satisfação com o suporte social percebido mostra uma relação positiva com a adequação de práticas parentais e os níveis de bem-estar psicológico (Arranz & Oliva, 2010; Martin, Emery, & Peris, 2004). Contudo, nem sempre a estrutura familiar parece influir nas práticas negligentes (Calheiros, 2006).

Neste sentido, o presente estudo pretendeu analisar o impacto do suporte social percebido em mães monoparentais e mães biparentais, no que concerne aos índices de práticas parentais negligentes e da satisfação com a vida, desenvolvendo para isso um estudo correlacional. Participaram 67 mães de crianças com idades entre os cinco e os 15 anos, das quais 33 eram monoparentais e 34 eram biparentais, recrutadas por conveniência em serviços de apoio social, saúde e protecção, e emparelhadas entre os grupos. Todas as famílias preencheram os seguintes questionários: Escala de Satisfação com o Suporte Social, Escala do Comportamento Negligente Multidimensional – Relato dos Pais (cinco aos 15 anos) e Escala de Satisfação com a Vida.

Os resultados revelaram que as mães monoparentais e as mães biparentais, não diferiram nos níveis de satisfação com o suporte social percebido nem nas práticas parentais negligentes, mas diferiram nos níveis de satisfação com a vida, sendo que este também se revelou diferente face ao suporte social percebido Alto-Baixo. Ainda, verificaram-se correlações significativas entre as características sociodemográficas estudadas (e.g. relativas à sobrecarga das cuidadoras) e as variáveis em estudo. São discutidos os resultados e algumas limitações relevantes para a temática.

Palavras-chave: Famílias monoparentais maternas; negligência; práticas parentais; satisfação com a vida; suporte social percebido.

Códigos PsycINFO:

2956 Childrearing & Child Care

2950 Marriage & Family

Abstract

Research suggests that satisfaction with perceived social support shows a positive relation with the quality of parenting and levels of well-being (Arranz & Oliva, 2010; Martin, Emery & Peris, 2004). However, family structure does not consistently seem to affect the neglectful practices (Calheiros, 2006).

We were interested in examining the role of perceived social support on single-mothers and mothers living with their spouse, to determine the levels of neglectful parenting practices and satisfaction with life, in a correlational study. A total of 67 mothers of children aged between five and 15 years old participated in the study, in which 33 were single-mothers and 34 were two-parent households, recruited by convenience in social, health and child protection services, and the groups were matched. All families completed the following questionnaires on the satisfaction with perceived social support; on parente multidimensional negelcet behavior; and on life satisfaction.

The results showed that single-mothers and two-parent household mothers did not differ in levels of satisfaction with perceived social support and neglectful parenting practices, but they differed on life satisfaction levels, which also varied the high-low levels on perceived social support. Still, there were significant correlations between the sociodemographic factors (such as caregiver overload) and the variables studied. Results are discussed some limitations and implications were raised for further research.

Keywords: Single-mother families; neglect; parental practices; life satisfaction; perceived social support.

PsycINFO Classification Categories:

2956 Childrearing & Child Care

2950 Marriage & Family

Índice Geral

Agradecimentos.....	ii
Resumo	iii
Abstract.....	iv
Índice Geral.....	v
Índice de Tabelas.....	viii
Índice de Figuras	ix
1. Introdução.....	1
2. Enquadramento Teórico	3
2.1. A Família	3
2.1.1. A Família enquanto Sistema	3
2.1.2. O Ecossistema Familiar	4
2.1.3. A Família Monoparental em Portugal	5
2.1.4. A Monoparentalidade Materna	7
2.2. O Suporte Social	8
2.2.1. Tipologias do Suporte Social	11
2.2.1.1. Suporte Social Percebido e Recebido	11
2.2.1.2. Suporte Social Formal e Informal	12
2.3. O Mau Trato Infantil	13
2.3.1. A Negligência	15
2.4. O papel do suporte social e da satisfação com a vida nas práticas parentais negligentes	17
3. Método	21
3.1. Participantes	21
3.2. Instrumentos.....	27
3.2.1. Escala de Satisfação com o Suporte Social (ESSS; Ribeiro, 1999).....	27

3.2.2. <i>Multidimensional Neglectful Behavior Scale – Parent Report</i> (Kantor, Straus & Holt, 2004; Escala de Comportamento Negligente Multidimensional – Relatos dos Pais, adaptada por Melo & Alarcão, 2009).....	28
3.2.3. Escala de Satisfação com a Vida (ESCV; Satisfaction With Life Scale, Diener et al., 1985, adaptado por Simões, 1992)	32
3.3. Procedimento	32
4. Resultados.....	34
4.1. Análise descritiva da variável Suporte Social Percebido	34
4.2. Análise descritiva da variável Práticas Parentais Negligentes.....	37
4.3. Análise descritiva da variável Satisfação com a Vida.....	40
4.4. Diferenças do suporte social percebido entre as famílias monoparentais e famílias biparentais – Objectivo 1	40
4.5. Diferenças nas práticas parentais negligentes entre famílias monoparentais e famílias biparentais, de acordo com o nível de suporte social percebido Alto-Baixo – Objectivo 2..	41
4.5.1. Suporte Social Percebido Alto-Baixo e Negligência Emocional e Cognitiva, entre grupos	42
4.5.2. Suporte Social Percebido Alto-Baixo e Negligência de Supervisão – Total, entre grupos	42
4.5.3. Suporte Social Percebido Alto-Baixo e Negligência de Supervisão – cinco aos nove anos, entre grupos	43
4.5.4. Suporte Social Percebido Alto-Baixo e Negligência de Supervisão – 10 aos 15 anos, entre grupos	43
4.5.5. Suporte Social Percebido Alto-Baixo e Negligência Física, entre grupos	44
4.5.6. Suporte Social Percebido Alto-Baixo e Abuso de Álcool e Exposição à Violência e Conflitos, entre grupos	44
4.6. Diferenças na Satisfação com a vida em famílias monoparentais e biparentais, de acordo com o suporte social percebido Alto-Baixo – Objectivo 3	46
5. Discussão	48
6. Referências	54

7. Anexos.....	59
QUESTIONÁRIO	60

Índice de Tabelas

Tabela 1. Características sociodemográficas da amostra global.....	23
Tabela 2. Características sociodemográficas dos grupos Monoparental e Biparental	26
Tabela 3. Correlação das subescalas da ESSS	28
Tabela 4. Correlação das subescalas ECNM – RP.....	31
Tabela 5. Satisfação com o suporte social de acordo com os grupos Monoparental e Biparental.....	36
Tabela 6. Correlações de Pearson entre as tipologias de suporte social percebido e as características sociodemográficas, dos grupos Monoparental e Biparental	36
Tabela 7. Práticas parentais negligentes de acordo com os grupos Monoparental e Biparental....	39
Tabela 8. Correlações de Pearson entre as tipologias de práticas parentais negligentes e as características sociodemográficas, dos grupos Monoparental e Biparental	39
Tabela 9. Diferenças de médias das tipologias com o suporte social percebido nos grupos Monoparental e Biparental.....	41
Tabela 10. Diferenças de médias das práticas parentais negligentes, nos grupos Monoparental e Biparental	41
Tabela 11. Diferenças de médias das práticas parentais negligentes entre os grupos Monoparental e Biparental, tendo em conta o Suporte Social Alto-Baixo.....	45
Tabela 12. Diferenças de médias da satisfação com a vida entre os grupos Monoparental e Biparental tendo em conta o suporte social percebido Alto-Baixo	46

Índice de Figuras

Figura 1. Satisfação com a vida os grupos Monoparental e Biparental, de acordo com o nível de Suporte Social Percebido Alto-Baixo47

1. Introdução

Inúmeros têm sido os estudos que evidenciam o papel protector do suporte social na qualidade parental e nos níveis de satisfação com a vida (Gotlieb, 1981). A satisfação com o suporte social percebido tem mostrado uma relação positiva na adequação de práticas parentais e nos níveis de bem-estar psicológico (Arranz & Oliva, 2010; Martin, Emery, & Peris, 2004). Este facto parece resultar da avaliação satisfatória que o indivíduo faz sobre as relações interpessoais que possui e que favorecem o aumento dos níveis de bem-estar e satisfação do indivíduo (Moreira & Gamboa, 2010).

São diversas as tipologias de suporte social que podem contribuir para os níveis de bem-estar, contudo, as relações de apoio informal assumem uma fonte de suporte importante, nos subsistemas parental e conjugal, capazes de favorecer a adequação de práticas parentais (Colletta, 1979). A literatura revela que são as famílias biparentais que demonstram maior satisfação com o suporte social percebido, em função de uma avaliação mais positiva do suporte social informal, cujo contributo centra-se na presença do cônjuge/companheiro que revela ser uma fonte de compensação ou de stress, dos comportamentos parentais (Belsky, 1984; Colletta, 1979), em resultado da participação conjunta nas responsabilidades e resolução de problemas quotidianos (Martins, Emery & Peris, 2004).

Com efeito, as famílias monoparentais, pela sua estrutura, encontram-se mais vulneráveis a situações de stress podendo traduzir em níveis de maior insatisfação, em consequência não só da presença de factores exossistémicos, como o baixo nível socioeconómico, o desemprego e a pobreza (Maia, 2006), mas também resultantes da própria reorganização e ajustamento dos elementos da família a uma nova dinâmica familiar (Relvas & Alarcão, 2002). Deste modo, a presença de redes de suporte próximas que possam favorecer o bem-estar do indivíduo, revelam-se importantes na qualidade das práticas parentais (Leinonen, Solantaus & Punamaki, 2003). Estudos acrescentam que, na ausência do cônjuge/companheiro, esta figura pode ser compensada pelo apoio de outros elementos próximos, tais sejam, familiares, amigos e vizinhos.

Em resultado destas evidências, mães mais satisfeitas com as suas relações de suporte informal manifestam práticas parentais menos negligentes (Albarrachin, Repetto & Albarrachin, 1997). Segundo Ceballo e McLoyd (2002), a presença de relações sociais de apoio provindas de familiares, amigos e vizinhança tem demonstrado uma influência positiva na parentalidade, uma vez que estes pais apresentam níveis de maior satisfação e bem-estar. Complementarmente apontam para o isolamento social como condição a combater, uma vez que está associado a comportamentos parentais de abuso e negligência.

Neste estudo não pretendemos analisar a intencionalidade das práticas parentais negligentes mas antes a influência que o suporte social percebido e informal possui nos níveis de práticas parentais negligentes, em famílias monoparentais, uma vez que encontram-se mais vulneráveis a níveis de stress. Pretende-se com este estudo contribuir para o conhecimento científico sobre a importância que o apoio das relações informais e a satisfação com as mesmas possui na adequação de práticas parentais.

Deste modo, o presente estudo encontra-se organizado por cinco capítulos que procuram descrever de modo estruturado o caminho utilizado na investigação, sendo o primeiro capítulo, a presente introdução.

O Capítulo 2 é composto pelo enquadramento teórico da investigação. Neste apresentamos as perspectivas teóricas mais relevantes no tema e que permitem uma compreensão mais aprofundada sobre os conceitos. Iniciamos este enquadramento com a Família, por forma a facilitar uma compreensão integrada do sistema familiar e dos subsistemas que a compõem, conduzindo depois para a realidade da monoparentalidade em Portugal, servindo de contexto para apresentarmos a família monoparental materna segundo a sua organização e funcionamento específicos. Posto isto, avançamos para a conceptualização do suporte social e das suas tipologias, integrando neste ponto a importância que o suporte social possui na qualidade das práticas parentais. Nesta sequência, dedicamos os pontos seguintes à conceptualização do mau trato infantil e, em particular, da negligência. Depois de contextualizados os assuntos anteriores, terminamos com uma compreensão aprofundada da influência do suporte social nas práticas parentais negligentes, nas famílias monoparentais e biparentais. Ainda, neste capítulo, apresentamos os objectivos e questões de investigação.

No Capítulo 3, expomos a metodologia de investigação, através da descrição dos participantes, dos procedimentos adoptados na recolha e dos instrumentos de avaliação utilizados.

Na Capítulo 4, damos a conhecer os resultados estatísticos e a análise dos mesmos, utilizando para isso, as questões de investigação inicialmente definidas.

Por fim, no Capítulo 5, apresentamos a discussão dos resultados obtidos e reflectimos sobre algumas limitações detectadas na investigação. Também, apresentamos implicações para investigações futuras.

2. Enquadramento Teórico

2.1. A Família

O tema “Família” tem vindo a assumir uma forte presença nas investigações realizadas no campo das ciências sociais e humanas, que têm procurado compreender os padrões do processo de mudança inerentes ao seu próprio ciclo vital e o ajustamento desta face aos desafios trazidos pelo seu desenvolvimento (Gomes & Pereira, 2005). Com a revolução industrial, a definição tradicional da família, determinada pela comunhão matrimonial do homem e da mulher, evoluiu e transformou-se em resultado das alterações sociais e económicas da época, dando origem a novas dinâmicas e estruturas familiares que foram progressivamente surgindo. A existência destas novas estruturas familiares e destas novas formas de organização familiar obrigaram a uma reflexão profunda sobre o conceito Família (Relvas & Alarcão, 2002), dando origem a um conjunto de teorias e modelos explicativos que procuram aproximar-se de uma definição global da organização e funcionamento familiar. Iniciaremos o presente estudo pelo conhecimento de alguns modelos compreensivos da família, de modo a permitir um conhecimento aprofundado sobre a dinâmica das famílias monoparentais femininas.

2.1.1. A Família enquanto Sistema

As primeiras investigações sobre a Família começaram por realizar-se segundo uma perspectiva unidimensional da relação pais-filhos, que compreendia a continuidade do ser humano, através da transmissão de saberes de geração em geração (Bronfenbrenner, 1993). Em resultado desta visão redutora entre pais-filhos, algumas críticas começaram a emergir e outras perspectivas foram tomando relevo, designadamente a visão sistémica que compreende a Família como um todo em funcionamento, em que o indivíduo e o meio desenvolvem-se e transformam-se simultaneamente e mutuamente (Bowen, citado por Relvas 2004).

Foi nos anos 30, com o contributo de Bertalanffy (1968, citado por Relvas, 2004) que, esta visão ganhou relevo, ao tentar responder à complexidade dos organismos que se apresentam mais do que a soma das suas partes separadas, mas antes um todo funcional que define o sistema como o conjunto de unidade em inter-relações mútuas.

A Família é, assim, considerada uma rede complexa de relações integradas, num sistema auto-organizado e regulado, em virtude da sua capacidade de regular a ordem e a desordem resultantes das interações e normas. Em resultado, é também um sistema aberto, que influencia e é influenciado pelo exterior uma vez que compõe-se por um conjunto

complexo de elementos interactivos. Ainda, e uma vez que abrange a totalidade dos seus elementos, é una e global, pois encontra-se ligada por um conjunto de relações que integra outras totalidades mais pequenas, cada uma com o seu papel e que compõem o grupo total (Relvas & Alarcão, 2002; Relvas, 2004). Para Minuchin e Fishman (1981), a Família caracteriza-se por um conjunto invisível de necessidades funcionais, que organizam o modo como os elementos deste organismo se relacionam. Para estes autores, a Família alberga duas grandes funções: interna e externa. A primeira corresponde à função protectora e de crescimento dos seus elementos, enquanto a segunda diz respeito à função de socialização e transmissão de uma determinada cultura.

Com base nesta visão, Relvas (2004) explica que tal como um organismo em interacção e transformação, a Família possui um ciclo de vida que inicia-se pela união de duas pessoas que formam o casal, e que se espera que perdure no tempo. A partir desta relação podem surgir os filhos que se tornarão adolescentes e que, atingindo a idade adulta, são estes que darão origem a uma nova família nuclear. As mudanças de fase decorrentes desta união geram desafios únicos em cada etapa do ciclo familiar, que necessitam de ser solucionados permitindo assim a evolução funcional dos seus elementos. O fracasso da resolução destes desafios dificultará o desenvolvimento natural do sistema e poderá conduzir a perturbações nos subsistemas que compõem a Família.

Na Família, podemos encontrar quatro subsistemas únicos e interdependentes: individual, conjugal, parental e fraternal (Minuchin & Fishman, 1981). O primeiro corresponde ao indivíduo por si, ou seja, além do seu papel naquele sistema possui ainda funções noutros subsistemas importantes na compreensão do seu desenvolvimento pessoal. O subsistema conjugal, por sua vez, diz respeito à pertença do casal, à interdependência destes elementos num processo transição de indivíduo para casal. Quanto ao subsistema parental, composto pelo pai e pela mãe, a sua função é o apoio no desenvolvimento do(s) seu(s) filho(s) preparando-o(s) para o seu futuro. Por fim, o subsistema fraternal compõe-se pelas relações duradouras entre irmãos, enquanto agentes de socialização, permitindo o desenvolvimento geral da criança uma vez que é neste subsistema que aprende a gerir conflitos e a cooperar.

2.1.2. O Ecosistema Familiar

Com base nesta multiplicidade de sistemas e contextos em que o indivíduo influencia e é influenciado, Urie Bronfenbrenner (1979) surge com o Modelo Ecológico do Desenvolvimento Humano. Este modelo integra o indivíduo numa visão global e integrada do seu desenvolvimento, enquadrando-o nos seus contextos de vida que agem em constante

interacção. O autor defende que o desenvolvimento do indivíduo vai além da situação imediata que o afecta, isto é, os objectos a que responde e as pessoas com quem interage. As relações existentes no indivíduo, o seu contexto e a natureza dessas relações revelam-se elementos importantes na compreensão global do indivíduo. O meio é considerado uma fonte de estimulação que desencadeia no indivíduo respostas no seu processo de adaptação e que resulta da interacção mútua com os seus subsistemas, sendo estes funcionais e interdependentes, que se encaixam uns nos outros e que se conjugam pelos factores que operam nos níveis individual, familiar e ecológico.

O mesmo autor classificou quatro estruturas importantes no desenvolvimento do indivíduo, nomeadamente, o microsistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema (Bronfenbrenner, 1979). Sucintamente, no que concerne ao microsistema, este integra não apenas as relações interpessoais vivenciadas ao longo do desenvolvimento do indivíduo, como também os objectos e símbolos com que o indivíduo interage. Considera-se o contexto mais imediato e de maior proximidade em que o indivíduo participa directamente, por exemplo, a família, a escola, os grupos de pares e o trabalho. Quanto ao mesossistema, este não tem existência própria e isolada pois resulta das interacções entre os microsistemas. Caracteriza-se pela ligação e processos entre dois ou mais espaços de desenvolvimento do indivíduo, por exemplo, a casa e a escola, a escola e o trabalho. De modo menos activo, temos o exossistema, que reporta os contextos que a pessoa não participa activamente mas que a afectam, por exemplo, a desvantagem económica ou a existência de diversos factores de stress no seu quotidiano. Por fim, e no sentido mais alargado, o macrosistema engloba os três subsistemas anteriores e dele fazem parte as crenças, os estilos de vida, as entidades políticas, sociais e culturais. Em 1986, Bronfenbrenner acrescentou um subsistema ao modelo, designado cronossistema, que se define pela unidade temporal em que um momento decorre.

Reconhecendo a complexidade do sistema familiar e os desafios naturais lançados em cada etapa do seu ciclo de vida, as novas formas de estrutura e organização familiar apresentam-se como mais vulneráveis a estes processos de adaptação. Neste estudo iremos incidir sobre a tipologia monoparental da família, relativamente ao exossistema uma vez que representa as estruturas sociais formais e informais que rodeiam o indivíduo mas não o colocam em acção imediata nessa relação.

2.1.3. A Família Monoparental em Portugal

Importa neste ponto caracterizar e reflectir sobre a monoparentalidade em Portugal, apresentando as suas características na organização familiar e vulnerabilidades inerentes ao

nível do exossistema, fazendo a ponte para a importância de alguns factores que surgem na literatura enquanto factores de protecção.

Foi a partir das décadas de 80 e 90 que, em Portugal, outras formas de família começaram a ser consideradas pelas ciências sociais e humanas, que começaram a interessar-se sobre os fenómenos sociais da época, especificamente a exclusão social, as condições de vida e a família na sociedade portuguesa (Wall & Lobo, 1999).

Por estrutura, a família monoparental é composta por apenas um adulto e seus filhos, e pode resultar de um processo de divórcio, separação e viuvez ou porque o adulto solteiro decide ter filhos ou adopta uma criança (Amaro, 2004; Relvas & Alarcão, 2002; Wall & Lobo, 1999). A definição de família monoparental compreende a convivência de um adulto apenas com os seus filhos menores e dependentes, dos quais é responsável (Arboleda & Duarte, 2010). A mudança estrutural de dois adultos para um adulto, resultante de um processo de divórcio, separação e viuvez, origina transições e reorganizações inevitáveis que podem tornar stressante o ambiente de toda a família, embora atinja cada elemento de uma maneira específica. A monoparentalidade traz consigo a ideia da ausência de conjugalidade ou conjugalidade desfeita e em termos funcionais, o desempenho solitário das funções parentais (Relvas & Alarcão, 2002). Uma característica comum decorrente do processo de divórcio, separação e viuvez é a partilha de ligações fortes entre os seus elementos, frequentemente fusionais e por vezes conflituosas e que mais não consegue do que aumentar a dependência destes (Minuchin & Fishman, 1981).

Globalmente, as famílias monoparentais apresentam fracos recursos económicos, vivenciam sobrecarga de papéis e enfrentam mais desafios em gerir as funções parentais comparativamente com as famílias biparentais (Duis, Summers & Summers, 1997). Numa perspectiva ecológica do sistema familiar, este é influenciado pelos contextos sociais e históricos que operam, sendo que o recurso económico é classificado como um factor de apoio importante na harmonia familiar. Também, na perda do cônjuge, o suporte de familiares, amigos e vizinhos podem compensar essa perda, atenuando vulnerabilidades inerentes à estrutura monoparental. A disponibilidade e apoio social destes elementos podem favorecer resultados positivos na qualidade parental reflectindo-se nas práticas parentais quotidianas (Arboleda & Duarte, 2010).

Segundo os dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística [INE] (2007) nos últimos 30 anos, Portugal tem vindo a apresentar uma taxa de divórcio crescente desde 1975, ano em que se verificou um pico de casamentos. Realce-se que estes valores parecem advir das alterações sociais e legislativas decorrentes nesta época. Só nos últimos anos, a

monoparentalidade tem vindo a aumentar sobretudo nas regiões de Lisboa e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, apresentando índices superiores à média nacional. A relacionar a estes valores, acrescentam-se os dados apresentados na Base de Dados Portugal Contemporâneo [PORDATA] (2010), relativos ao ano de 2002, que revelam que são as mulheres que maioritariamente ficam com a tutela dos filhos, representando 241.035 famílias chefiadas pela mãe, ao contrário dos homens que possuem uma menor dimensão (35.303 famílias chefiadas pelo pai). Em termos percentuais, pode-se referir que 87.2% das famílias monoparentais são governadas pela figura materna.

2.1.4. A Monoparentalidade Materna

Reconhecendo as dificuldades sociais, culturais e económicas implícitas nas famílias de estrutura monoparental, são as famílias monoparentais maternas que se apresentam mais vulneráveis a situações de stress.

As responsabilidades atribuídas à mulher após a separação, divórcio, ou viuvez lançam-na num mundo de desafios ao ter de gerir sozinha o cuidado do(s) filho(s), do lar e do trabalho. A quebra de rendimentos prenuncia o risco de pobreza (Maia, 2006), em resultado da privação financeira e sociocultural sentida aquando a perda do cônjuge (Garbarino & Abramovitz, 1992). Segundo Guareschi e colaboradores (2003), a família monoparental materna apresenta maiores vulnerabilidades financeiras uma vez que a responsabilidade da gestão familiar incide em apenas um membro e, sendo este membro uma mulher, o vencimento na maioria das situações é inferior ao do homem o que, em conjunto, propicia um maior risco a situações de pobreza. Neste contexto, Narvaz (2000) acrescenta que mães separadas e divorciadas demonstram maior desconhecimento sobre os seus direitos legais, tais como a regulamentação de pensão de alimentos e visitas do progenitor ao(s) seu(s) filho(s), perpetuando neste caso situações de necessidade financeira.

Por se tratar de uma estrutura familiar composta por apenas um único adulto, a falta de apoio nas rotinas do lar conduz a uma sobrecarga de tarefas e responsabilidades neste membro, que na maioria das vezes afasta-o das relações familiares e da comunidade, provocando o isolamento da família. Não obstante, a carência de apoio social ou a falta de disponibilidade contribui negativamente na qualidade das práticas familiares em consequência da sobrecarga de tarefas (Arranz & Oliva, 2010).

Neste contexto solitário da monoparentalidade materna, a literatura aponta ainda que são estas famílias que relatam maiores níveis de stress em consequência da diminuição de tempo que dispõem para si e à crença de que têm de admitir ambos os papéis parentais. Isto

gera sentimentos negativos e de incompetência perante as tarefas e responsabilidades que lhe recaem, podendo prejudicar o exercício das práticas parentais, demonstradas por comportamentos menos comunicativos, menos afectuosos e com menos consistência no controlo dos seus filhos (Martin, Emery & Peris, 2004). A vivência de uma maior dificuldade em manter o vínculo do pai com o(s) filho(s), quer física ou emocionalmente, também traz situações de maior stress à família. Para as crianças, esta instabilidade emocional contribui para a adopção de comportamentos mais impulsivos e menos afectuosos e comunicativos (Arranz & Oliva, 2010).

Por outro lado, há factores de protecção que devem ser assegurados de modo a favorecer a o bem-estar e a satisfação com a vida, substituindo a falta do cônjuge/companheiro, pelo apoio dos amigos, familiares e vizinhos (Guareschi et al., 2003).

É a este nível de relações informais do suporte social que iremos avançar neste estudo, especificamente no que concerne ao papel do suporte social percebido e informal no exercício de práticas parentais negligentes, uma vez que a literatura demonstra que em famílias monoparentais maternas o suporte social é um predictor importante no bem-estar parental e individual que favorece a qualidade de práticas parentais (Leinonen, Solantaus & Punamaki, 2003).

2.2. O Suporte Social

As relações sociais são tão comuns no quotidiano de todos nós que, na maioria das vezes, não nos apercebemos de como estas se manifestam e da importância que estas ligações possuem no nosso bem-estar. Por fazerem parte do nosso dia-a-dia, por vezes, somos incapazes de reconhecer a sua importância nos diversos momentos da nossa vida, negligenciando o papel fundamental que possuem no nosso bem-estar. É sobre a função e tipologias do suporte social que incidiremos nesta secção do enquadramento teórico, procurando demonstrar a sua importância na vida do indivíduo.

Foi na década de 70 que este tema começou por receber maior atenção na comunidade científica, sobretudo na área da psicologia da saúde, fazendo sobressair nomes relevantes, designadamente, Caplan, Cassel e Cobb (citados por Amorim, 2009). Estes autores, de forma independente, contribuíram para a compreensão da importância das relações sociais no indivíduo, demonstrando que a ruptura com os laços sociais possui efeitos nefastos na saúde dos indivíduos, originando baixos níveis de bem-estar e o desajustamento psicológico. Em virtude destes resultados, outras áreas científicas começaram a interessar-se pelo papel benéfico destas estruturas de suporte no bem-estar nas populações, entre elas as ciências

sociais (Ornelas, 2008), tornando complicada a tarefa de quem procura uma definição clara e precisa do conceito de suporte social.

Em resultado do crescente número de investigações científicas realizadas sobre o efeito das relações sociais no indivíduo, dois constructos começaram por emergir: a rede social e o suporte social. Resumidamente considera-se que a rede social é o modo mais alargado de suporte, isto é, classifica-se pela forma de como as ligações humanas se estruturam, enquanto o suporte social é uma das funções da rede social. Especificamente, por rede social entende-se um grupo de pessoas com quem se mantém uma convivência ou alguma forma de vínculo social e que pode (ou não) oferecer ajuda nas diferentes situações ao longo da vida (Griep *et al.*, 2005). Esta pode ser analisada de acordo com alguns componentes, nomeadamente, a frequência de contacto com os outros, a organização da rede (e.g. número de elementos íntimos) e o tamanho da rede (Russel *et al.*, 1997). Por sua vez, o suporte social, refere-se aos recursos e às unidades sociais que o indivíduo tem ao dispor e que surgem em resposta aos pedidos de ajuda e assistência (Dunst & Trivette, 1990). No sentido mais amplo, pode-se ainda dizer que se trata do apoio oferecido por certos tipos de laços interpessoais, que podem oferecer informações e/ou ajuda material, provindos de grupos e/ou pessoas que se conhecem, desencadeando efeitos emocionais e/ou comportamentais positivos (Wills & Shinar, 2000). Por sua vez, esses laços interpessoais podem figurar-se em relações formais ou informais, partilhando o intuito de proteger o indivíduo de situações de stress (Maia, 2009). É, porém, no papel do suporte social e nas suas tipologias que iremos dar um maior enfoque nesta investigação.

Embora o suporte social tenha vindo a ser objecto de estudo de inúmeras investigações na comunidade científica, não se encontra na literatura uma definição única de suporte social apresentando-se, antes, como um conceito complexo e multidimensional, em resultado dos intervenientes e das circunstâncias que se podem encontrar nas diferentes situações (Santos, Ribeiro & Lopes, 2003). Contudo, apesar destas visões distintas parece ser consensual a importância do suporte social na qualidade de vida do indivíduo devido ao seu papel protector em situações desencadeadoras de stress. Ainda assim, procuraremos integrar neste enquadramento teórico, as diferentes visões sobre função e tipologias de suporte social, de modo a obter uma melhor compreensão sobre o suporte social.

De acordo com Nogueira (2001), a necessidade e a importância das relações podem ser observadas desde cedo no desenvolvimento humano, por exemplo, através da interacção mãe-bébé em que a mãe assume um papel primordial nos primeiros meses de vida. Contudo, ao longo da vida, estas relações vão-se tornando mais participativas, uma vez que outros

elementos vão sendo incluídos na sua rede social, permitindo vínculos de apoio importantes perante situações geradoras de stress, capazes de promover a auto-regulação de emoções e o desenvolvimento pessoal. Por situação de stress considera-se quando existe um desequilíbrio entre as imposições do meio e a capacidade de resposta do indivíduo (Paúl & Fonseca, 2001).

Uma consideração importante sobre o suporte social é a sua função. Por se demonstrar benéfico ao bem-estar do indivíduo, o suporte social é considerado como um factor de protecção ao indivíduo numa situação problema, capaz de desencadear níveis de bem-estar e satisfação (Moreira & Gamboa, 2010). Habitualmente considerado por actuar quando o problema surge (Sarason & Sarason, 2009), o suporte social pode ainda exercer a sua função protectora a indivíduos que se encontram a vivenciar situações problema (Moreira & Gamboa, 2010). Outros investigadores reforçam esta ideia defendendo que o suporte social pode ser preventivo ou compensatório, na medida em que pode evitar ou compensar o indivíduo numa situação de stress. Especificamente, o suporte social pode ser preventivo na medida em que a presença de suporte por parte de indivíduos que prestam uma ajuda emocional ou instrumental constitui, por si, uma defesa ao indivíduo para um funcionamento saudável, aumentando-lhe sentimentos de auto-estima e de pertença, permitindo o acesso a modelos de funcionamento saudável (Vaux, 1988, citado por Thompson, 1995). Por outro lado, a vertente compensatória refere-se à força reparadora que o suporte social pode exercer numa situação problema, fornecendo ao indivíduo estratégias de *coping* adequadas e disponíveis na sua rede de apoio, permitindo reduzir os efeitos nefastos no bem-estar físico e mental (Thompson, 1995).

Contudo, a presença de suporte social pode provocar um impacto positivo ou negativo no indivíduo, uma vez que depende do tipo de apoio que é oferecido, do contexto em que é recebido e de quem recebe e o oferece (Wills & Shinar, 2000). Não obstante, este só se revela efectivo se for aplicado a uma necessidade específica de um stress particular (Leinonen, Solantaus & Punamaki, 2003).

Assim, importa analisar o suporte social numa perspectiva funcional, pois ao longo da vida o indivíduo é levado a alterar a sua rede e o tipo de apoio social face a determinada situação e em detrimento das necessidades identificadas num determinado momento (Sarason & Sarason, 2009). Assim, os tipos de apoio accionados para um determinado momento são exclusivos de um evento. E é neste campo que avançamos para outra consideração sobre o suporte social: a sua tipologia.

2.2.1. Tipologias do Suporte Social

Como já foi descrito anteriormente, encontrar uma definição clara e precisa do suporte social não é tarefa fácil. Em resultado, são produzidas diferentes visões em torno do suporte social dando origem a tipologias distintas.

Uma vez que o presente estudo incide na satisfação do suporte social relativamente ao apoio percebido na relação com a família, amigos e vizinhos, apresentamos de seguida a conceptualização de suporte social percebido e recebido e do suporte social formal e informal.

2.2.1.1. Suporte Social Percebido e Recebido

Conceptualmente, o apoio social percebido reporta-se à avaliação generalizada do indivíduo nos vários domínios da sua própria vida, em relação aos quais considera que é estimado e valorizado e, também, respeita à avaliação do indivíduo sobre a disponibilidade dos outros que lhe estão próximos e a possibilidade de a eles recorrer quando necessitar (Cramer, Henderson & Scott, 1997). Este tipo de suporte requer estruturas de conhecimento, na medida em que o conteúdo desta informação inclui a probabilidade dos outros, em geral, encontrarem-se (ou não) capazes ou dispostos para atender às suas necessidades de apoio (Pierce, Sarason & Sarason, 1996). Por outro lado, por suporte social recebido entende-se pelo apoio que foi recebido por alguém.

Para a mesma tipologia de suporte, Ornelas (2008) determina outra designação, nomeadamente o suporte percepcionado ou activo, isto é, percepcionado na medida em que o indivíduo obtém satisfação através das relações com os outros, e não pela avaliação da presença de apoio que se encontra disponível, caso necessite ou do número de contactos de apoio. Por outro lado, o suporte social activo, diz respeito aos comportamentos realizados pelos indivíduos na prestação de suporte a outros, sendo que o que é avaliado nesta medida é o que o indivíduo realiza quando presta suporte quando integrado numa situação adversa.

Nesta perspectiva subjectiva do suporte social percebido, o isolamento face à rede social é vivenciado como uma pequena expectativa de ajuda disponibilizada pela família, amigos, vizinhos ou outros conhecidos (Thompson, 1995). A gestão do stress quotidiano pode depender da expectativa do suporte que é avaliado, ao invés do número de indivíduos reais, existentes na rede de apoio ou das acções instrumentais realizadas pelos elementos da rede. Isto acontece porque a avaliação de que os outros poderão fornecer ajuda, pode contribuir para o sentimento de bem-estar e suporte, gerando resultados compensatórios ao stress. Assim, o suporte social percebido torna-se num preditor importante que assume a função

“stress-compensatória” em indivíduos que vivenciam situações de constante stress (Barrera, 1986; Cohen & Wills, 1985).

A literatura apresenta evidências que indicam que o suporte social percebido encontra-se positivamente relacionado a uma auto-avaliação positiva, ou seja, o indivíduo que confia no apoio do outro, no geral avalia-se como sendo mais positivo (Lake & Cassady, 1990). Ainda, indivíduos que apresentem níveis elevados de satisfação com o suporte social percebido são mais sensíveis ao nível interpessoal e fortemente desejados como fontes de suporte social (Sarason, Sarason, Hacker & Basham, 1985). Não obstante, estudos realizados em famílias biparentais demonstram que o suporte social percebido pelo cônjuge e a satisfação com esse suporte encontra-se relacionado a boas práticas parentais (Colletta, 1979), evidenciando o papel moderador do suporte social na relação conjugal. Esta situação ocorre porque o casamento, habitualmente, encontra-se associado a uma fonte de satisfação, à confiança e a avaliações positivas indicadas pelo cônjuge.

No entanto, em resultado do crescente número de rupturas no casamento, outras relações informais e formais parecem compensar o apoio do cônjuge/companheiro (Karney & Bradbury, 2004). Para entender melhor esta relação, avancemos para a conceptualização de suporte social formal e informal.

2.2.1.2. Suporte Social Formal e Informal

Dunst e Trivette (1990) são os autores de destaque, no que concerne à conceptualização da tipologia de suporte formal e informal. Para estes autores, esta tipologia distingue-se sobretudo pela sua fonte de suporte, isto é, no que concerne ao suporte social formal, este representa-se pelo apoio que é prestado por organizações sociais formais e organizam-se para dar ajuda ao indivíduo (e.g., os infantários) e abrange não só os serviços como também os funcionários destes. Relativamente ao suporte social informal, este diz respeito ao apoio que é provindo pelos familiares, amigos, vizinhança ou outros elementos de grupos sociais, em tarefas do quotidiano do indivíduo, sejam estas relativas a acontecimentos de vida normativos ou não normativos. Destacamos, por exemplo, situações como uma ida inesperada ao médico porque a criança adoeceu (não normativo) ou a avó que cuida do neto enquanto os pais trabalham (normativo).

Nesta sequência, são muitas as razões que nos levam a compreender que o suporte social informal funciona como uma fonte de sucesso ao indivíduo, em situações geradoras de stress. No entanto, a presença de factores igualmente geradores de stress pode prejudicar a qualidade deste suporte, anulando o efeito protector ao indivíduo (Thompson, 1995).

Estudos realizados sobre o impacto do suporte social informal na qualidade de práticas parentais e bem-estar psicológico do indivíduo demonstram que estas fontes de suporte possuem um papel essencial no bem-estar do indivíduo, que se reflectem em práticas parentais adequadas e no bem-estar pessoal (Arranz & Oliva, 2010; Martin, Emery, & Peris, 2004). Todavia, embora os familiares, amigos ou vizinhos se revelem uma fonte de suporte importante, Belsky (1984) refere que este suporte é secundário ao suporte fornecido pela relação conjugal, pois é nesta que é investida mais energia e tempo.

Podemos assim concluir neste ponto que o suporte social possui um papel protector importante no bem-estar do indivíduo e que deve ser analisado numa perspectiva ecológica do desenvolvimento humano, uma vez que influencia o comportamento do indivíduo e reciprocamente é influenciado por factores pessoais e ambientais interdependentes (Thompson, 1995). Consideremos de seguida, o mau trato e a negligência sob influência do suporte social nas famílias monoparentais parentais maternas.

2.3. O Mau Trato Infantil

O mau trato infantil não é um problema exclusivo da sociedade contemporânea, mas antes um fenómeno antigo presente na sociedade, que se mostra flexível no tempo e lugar. Estudos antropológicos demonstram que o que é avaliado como abusivo para a criança na sociedade de hoje, pode não sê-lo no futuro. É, por isso, considerado um constructo social, por se tratar de um produto de uma cultura e dos seus contextos específicos (Corby, 2006).

A sua etiologia inclui múltiplos factores de risco que interagem entre si, seja ao nível da criança, família, comunidade e sociedade. Contudo, muitos destes factores foram identificados em ocorrências de mau trato, em amostras provindas dos serviços de protecção de menores, não podendo ser por isso, considerados factores causais ou preditivos. Dubowitz e seus colaboradores (2011) verificaram que as mães que apresentam baixo nível de escolaridade, podem carecer de competências no cuidar da criança, especialmente quando são várias crianças. Estes autores apontam que o baixo nível educacional, a existência de depressão materna e o consumo de drogas podem contribuir para um ambiente de risco à criança e se esta apresentar alguma perturbação, aumenta também o risco de mau trato.

Uma vez que o mau trato infantil não é um fenómeno estático, pois não se fixa no tempo e lugar, a sua conceptualização revela-se tarefa difícil na medida em que, se por um lado o mau trato infantil pode ser socialmente condenável, que causa consequências evidentes no desenvolvimento da criança, por outro, esta reprovação parece poder coexistir simultaneamente com a aceitação, ou seja, alguns comportamentos são legitimados e parecem

ter a aceitação da comunidade, como por exemplo, a punição física que pode ser encarada como estratégia educativa na criança (Machado, 1996). Ainda assim, existem elementos importantes na conceptualização de mau trato, nomeadamente a intencionalidade do acto, o efeito que este possui e o juízo de valor associado (Star, 1988). Quer isto dizer que a ocorrência de mau trato infantil pode incluir a intenção de alguém, a existência de danos (físicos e/ou psicológicos) e as suas consequências, e/ou a avaliação vigente das normas daquela sociedade sobre a (des)adequação do comportamento (Corby, 2006).

Com vista à compreensão global do mau trato infantil, diferentes perspectivas surgiram em torno deste problema, diferenciando-se na sua etiologia, nas consequências e na sua intervenção (Starr, 1988). Destacamos quatro perspectivas na comunidade científica: a perspectiva médica, a perspectiva sociológica, a perspectiva legal e a perspectiva ecológica (Calheiros, 2006). Na primeira, o mau trato infantil surge associado a um sintoma psicopatológico, sobretudo nos cuidadores que são considerados doentes psiquiátricos. Relativamente à perspectiva sociológica, esta surge como crítica à primeira perspectiva, defendendo que o mau trato infantil define-se, antes, segundo as normas e práticas sociais vigentes que avaliam as práticas parentais numa espécie de julgamento social. No que concerne à perspectiva legal, esta vem reforçar o papel das normas na definição do mau trato infantil, defendendo que se forem estabelecidos limites sobre a adequação das práticas parentais, a definição de mau trato infantil torna-se mais fácil. Por fim, a perspectiva ecológica, é talvez a perspectiva mais abrangente pois enquadra diferentes níveis de interação em que o indivíduo se relaciona e é relacionado. A sua origem deve-se à existência de reduzidos modelos explicativos do mau trato na época e que motivou o aparecimento do modelo ecológico, que reúne os factores do ambiente e do contexto na compreensão deste fenómeno. Originado por Bronfenbrenner (1979), a definição ecológica do fenómeno enfatiza as influências que o ambiente e as famílias podem desencadear na ocorrência de mau trato. Em síntese, cada perspectiva apresentada baseia-se em visões diferentes para a definição de mau trato infantil, utilizando critérios específicos não só para a sua definição mas também para diferentes níveis de intervenção.

Globalmente, o mau trato infantil caracteriza-se pela forma física e/ou emocional em que a criança (não) é cuidada e pode ocorrer de modo acidental ou desadequado, acarretando perturbações e/ou carências nas relações entre a criança e o seu cuidador (Magalhães, 2005). As condutas associadas ao mau trato podem ser activas ou passivas, isto é, podem classificar-se em actos de acção (abuso físico, abuso sexual, por exemplo) e actos de omissão (negligência física, carência afectiva, por exemplo), respectivamente, e revelam-se,

globalmente, prejudiciais ao desenvolvimento integral da criança (Garbarino, Guttman, & Seeley, 1986; McCrone, Beecham & Knapp, 1994). Sinteticamente, o mau trato infantil pode ser definido por um comportamento desadequado das normas e que é dirigido à criança, podendo criar um risco potencial de desencadear danos físicos ou psicológicos.

É nas condutas passivas/omissas do mau trato que iremos focar este estudo e que apresentaremos de seguida.

2.3.1. A Negligência

A negligência é a tipologia de mau trato mais comum na infância e as suas consequências são tão prejudiciais à criança como qualquer outra tipologia de mau trato (Harrington, Zuravin, DePanfilis, Ting & Dubowitz, 2002). Face à dificuldade de detecção das consequências destes comportamentos na criança, esta tipologia tardou a ser considerada no mau trato infantil, por não ser possível evidenciar sinais claros de negligência, à excepção da subnutrição ou cuidados de higiene que são possíveis verificar através dos sinais físicos da criança (Zuravin, 1999). Esta difere do mau trato físico, emocional e sexual, porque implica a omissão do acto, isto é, a não execução de um comportamento (Schumaker, Slep & Heyman, 2001).

De acordo com o Relatório Anual de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (2011), é visível a predominância de casos sinalizados e acompanhados por situações de negligência na infância. Das situações de perigo sinalizadas e acompanhadas, 33.1% dizem respeito a situações de negligência, seguido da exposição a modelos de comportamento desviante (18.9%), de situações de perigo do direito à educação (14.2%), de maus tratos psicológicos/abuso emocional (9.4%) e maus tratos físicos (7%).

De todas as formas de mau trato, a negligência é aquela que durante muito tempo tomou menos atenção na comunidade científica, mas um interesse maior pelos serviços de protecção à criança (Gaudin, Polansky, KilPatrick & Shilton, 1996). O motivo desta falta de atenção pode ter estado na confusão de casos de negligência com as situações de pobreza, em que os comportamentos eram considerados como uma consequência desta (Bazon, Mello, Bérnago & Faleiros, 2010). Em resultado, a intencionalidade (ou não) do comportamento veio ajudar a definir melhor este problema, embora ainda se apresente alguma dificuldade na definição dos seus limites e da avaliação de um constructo que envolva a omissão de comportamentos adequados e desadequados (Kantor *et al.*, 2004). Straus e Kantor (2005) acrescentam que a cronicidade também se revela num factor muito importante na definição de negligência, uma vez que tem a ver com a frequência e repetição com que esse

comportamento é realizado, uma vez que culturalmente há comportamentos que são implicitamente tolerados se pouco frequentes. Além da cronicidade, Zuravin (1999) aponta também para a importância de dados sobre a severidade, isto é, sobre comportamentos que são culturalmente presumíveis mas que possuem (ou não) consequências.

Neste contexto, o comportamento negligente deve ser analisado separadamente das suas causas face a situações distintas que podem existir para o mesmo problema, concretamente, a falta de refeições numa criança pode dever-se à pobreza extrema ou à falha dos cuidadores em satisfazer essa necessidade básica. A negligência é, assim, um fenómeno multidimensional do qual não existe informação suficiente sobre a extensão das suas dimensões nas diferentes causas ou consequências semelhantes ou distintas (Straus & Kantor, 2005).

Como podemos então concluir, o maior desafio de conceptualizar a negligência é a heterogeneidade do fenómeno e a dificuldade em particularizar cuidados omissos específicos das acções abusivas (Straus & Kantor, 2005). O termo “negligência” pode abranger um conjunto heterogéneo de situações, que podem ser categorizadas em diferentes subtipos de negligência, das quais as mais comuns são a psicológica, a física e a educacional (Dubowitz, Pitts & Black, 2004). Contudo, cada subtipo pode integrar situações distintas, isto é, existem situações óbvias de negligência (subnutrição ou falta de higiene pessoal) e outras menos claras (negligência emocional). Straus (2006) identifica quatro subtipos de negligência, nomeadamente, negligência física (comida, vestuário, abrigo, cuidados médicos), negligência emocional (afeição, suporte, companhia), negligência de supervisão (acompanhamento de um adulto, atenção ao que está a fazer, conhecer os amigos com quem está) e negligência cognitiva (ajudar nas tarefas escolares, estimular a criança com actividades para a sua idade).

Globalmente é aceite pela comunidade científica a definição geral de negligência pela falha do comportamento a uma criança cuja necessidade não foi satisfeita (Schumaker, Slep & Heyman, 2001). A partir desta linha de pensamento, outros contributos foram surgindo para uma maior aproximação da definição de negligência. Há autores que defendem que a negligência não se define apenas pelo comportamento de omissão, mas também pelo perigo consequente desta omissão e a intenção do comportamento omitido (Rohner & Rohner, 1980). Outros acrescentam que o comportamento do cuidador para com a sua criança e as responsabilidades na satisfação das necessidades de desenvolvimento da mesma, encontram-se presumidas na cultura da sua sociedade, sendo este um indicador importante na avaliação (Straus e Kantor, 2005). Por sua vez, Dubowitz e Bennett (2007), apontam que a omissão de cuidados de saúde, educação, protecção e da satisfação das necessidades físicas e emocionais

da criança definem a negligência e que esta pode gerar um risco imediato ou potencial para o desenvolvimento da criança. No geral, a negligência pode ser considerada uma falha parental ao satisfazer as necessidades adequadas da criança que implica a provisão de comportamentos apropriados ao nível do desenvolvimento (Schumacher, Slep & Heyman, 2001).

As características dos cuidadores parecem merecer maior atenção pelos investigadores, que procuram identificar variáveis causais que ajudem a estabelecer uma relação causa-efeito sobre o problema (Kotch *et.al.*, 1997). Neste sentido avançamos para o último ponto deste enquadramento que procura evidenciar a influência do suporte social no exercício de práticas parentais negligentes e na satisfação com a vida, em famílias monoparentais maternas.

2.4. O papel do suporte social e da satisfação com a vida nas práticas parentais negligentes

Como tem sido verificado ao longo deste enquadramento, muitos factores têm sido apontados na literatura para explicar a negligência na infância, nomeadamente factores demográficos, económicos e sociais. Esta visão integrada sobre o problema resulta, em grande parte, do contributo oferecido pela visão ecológica do problema, que compreende as influências do indivíduo, família e comunidade. O suporte social e a satisfação com a vida são considerados predictores importantes na compreensão da negligência e que evidenciam uma relação próxima com a qualidade das práticas parentais (Gottlieb, 1981; Taylor, Chatters, Hardison & Riley, 2001).

No estudo realizado por Bazon, Mello, Bérnago e Faleiros (2010), os autores verificaram que para a compreensão da negligência é necessário uma compreensão ecológica do problema, que integre factores diversos como económicos, suporte social e stress. Neste estudo, foram comparados dois grupos, divididos entre mães negligentes (referenciadas pelas instituições competentes) e mães não negligentes, num total de 60 participantes. Verificou-se que o grupo de mães negligentes apresentou menos suporte social percebido ao nível afectivo (demonstrações de afecto), emocional (experiência de afecto positivo), informativo (disponibilidade das pessoas oferecerem orientação) e menos apoio percebido na interacção social positiva (disponibilidade das pessoas para actividades de relaxamento e diversão) do que o grupo de mães não negligentes.

Os factores exossistémicos como o nível económico e o número de acontecimentos stressantes têm vindo a ser apresentados na literatura como indicadores importantes na análise do mau trato infantil. Ao nível económico, os estudos demonstram que o desemprego, a pobreza e o isolamento social parecem afectar indirectamente as famílias através dos efeitos

que estes têm no ambiente social em que as famílias se encontram integradas (Gillham, *et. al*, 1998). Segundo Calheiros e Monteiro (2007), o nível socioeconómico da família é um predictor negativo da negligência, que associado ao stress global, explica 47% da variância. Mais se acrescenta que, relacionando com as estruturas familiares, as famílias monoparentais apresentam rendimentos inferiores às famílias biparentais, e por isso possuem menos verba para investir no sistema educativo dos filhos e outros serviços sociais. Nesta sequência, as famílias monoparentais tentam realizar mais horas de trabalho de modo a compensar a diferença de rendimentos, conduzindo por isso a menos tempo do que as restantes famílias de participar em actividades de voluntariado ou em grupos recreativos (McLanahan & Sandefur, 1994). No estudo realizado por Duis, Summers e Summers (1997), os autores concluíram que o tempo que a família passa em conjunto, pode ser compensatório em situações problema, uma vez que desencadeia um sentimento intrafamiliar comum, de combate ao problema. Assim, as famílias monoparentais apresentam-se mais vulneráveis a situações stressoras do que as famílias biparentais, podendo isto levar à adopção de práticas parentais negligentes.

Quanto às estruturas familiares, o estado civil apresenta-se, igualmente, como um indicador importante na qualidade das práticas parentais, demonstrando influência na satisfação com o suporte social percebido e nos níveis de satisfação com a vida. Na maioria dos estudos, o estado civil é utilizado como índice de suporte social uma vez que o apoio do cônjuge/companheiro permite a partilha de tarefas familiares e parentais (Acitelli, 1996). A relação de apoio da família e do cônjuge/companheiro pode claramente facilitar a capacidade dos cuidadores no envolvimento de padrões educativos mais positivos (Martin, Emery & Peris, 2004). Todavia, o baixo suporte na relação conjugal, bem como a ausência real ou percebida de suporte externo ao apoio familiar, apresentam-se como factores negativos na influência das práticas parentais (Gottlieb, 1981, Kotch *et al.*, 1997).

Neste contexto, Albarrachin, Repetto e Albarrachin (1997), realizaram um estudo com 101 mães argentinas, em contexto de internamento pediátrico, no sentido de analisarem a influência do suporte social informal nas práticas parentais abusivas e negligentes. Concluiu-se que as mães que apresentaram maiores níveis de satisfação com o suporte familiar percebido adoptavam menos práticas parentais negligentes.

Com base nestas evidências, a perda do cônjuge por separação, divórcio ou morte parece colocar as famílias em risco no que respeita à prática parental negligente. Sendo as mães monoparentais as que apresentam níveis superiores de stress quando comparadas com as mães casadas, o suporte do cônjuge permite um comportamento parental adequado em situações de impacto negativo, como exemplo, no esforço económico, reduzindo o stress

parental emocional e os seus efeitos negativos na parentalidade (Leinonen, Solantaus & Punamaki, 2003).

No processo de divórcio, o suporte social informal considera-se um factor de ajustamento importante (Gottlieb, 1981). A maioria das mães solteiras experiencia elevados níveis de stress e tornam-se mais ansiosas e depressivas. Isto pode levá-las a uma parentalidade inconsistente que torna mais difícil a aplicação da disciplina, numa prática parental autoritativa. A maioria das mães torna-se mais permissivas e outras mais autoritárias. A família composta por dois adultos parece promover a responsabilidade parental, protegendo a criança da negligência parental e, por vezes, do abuso. Quando os dois cuidadores partilham a mesma casa, parecem monitorizar as crianças e manter o controlo parental. Também parecem conseguir monitorizar e ter a certeza que o outro progenitor age de forma apropriada.

No entanto, nem sempre a estrutura familiar parece influir na parentalidade negligente (Calheiros, 2006). A perda de apoio do cônjuge/companheiro pode ser positivamente compensada pelo apoio de familiares, amigos, vizinhança e grupos religiosos. A disponibilidade destes pode desencadear resultados positivos na qualidade das práticas parentais da mãe (Arboleda & Duarte, 2010). Há autores que defendem que as mães solteiras desenvolvem sistemas de suporte alternativos e padrões de socialização eficazes, que satisfazem as suas necessidades pessoais e familiares, revelando níveis favoráveis de bem-estar e de satisfação com a vida (Taylor, Chatters, Hardison & Riley, 2001).

O suporte social percebido e a satisfação com a vida apresentam-se enquanto factores protectores importantes no exercício de práticas parentais negligentes. O seu papel compensatório em situações de vida stressantes, desencadeiam o aumento do bem-estar psicológico e uma parentalidade adequada (Ceballo & McLoyd, 2002), moderando os efeitos do stress através do recurso dos sistemas sociais e relacionais (Leinonen, Solantaus & Punamaki, 2003), aumentando assim a qualidade das práticas parentais (Thompson, 1995).

Com base na revisão de literatura desenvolvida anteriormente, procuramos neste estudo analisar o impacto do suporte social percebido em famílias monoparentais maternas e famílias biparentais maternas, no que concerne aos índices de práticas parentais negligentes e satisfação com a vida. A base do presente problema prende-se com as evidências encontradas na literatura sobre a vulnerabilidade em que as famílias de estrutura monoparental se encontram, uma vez que devido à sua estrutura singular, os seus elementos parecem estar sujeitos a situações de maior stress do que as restantes famílias compostas por dois adultos. Reconhecendo que o suporte social apresenta-se na literatura como um factor moderador e

protector importante na qualidade das práticas parentais pretende-se, com o presente estudo, avaliar a importância deste no quotidiano destas famílias, no que concerne ao uso de práticas parentais negligentes e à satisfação com a vida.

Globalmente, a literatura científica tem revelado que famílias que possuem um suporte social percebido satisfatório e adequado às suas necessidades específicas possuem menos índices de práticas parentais negligentes e encontram-se mais satisfeitas com a vida. Deste modo, como objectivo geral, pretende-se avaliar o impacto do suporte social percebido nas famílias monoparentais maternas e famílias biparentais maternas, no exercício das práticas parentais negligentes e na satisfação com a vida. Para esse fim, propõem-se três objectivos específicos: 1) avaliar o suporte social percebido, em famílias monoparentais maternas em comparação com as famílias maternas representadas por dois adultos; 2) identificar diferenças entre as famílias monoparentais maternas e biparentais, com maior e menor suporte social percebido, em termos das práticas parentais negligentes, e; 3) identificar diferenças entre famílias monoparentais e biparentais, com maior e menor suporte social percebido, em termos de satisfação com a vida. A partir destes, surgem então três hipóteses que correspondem a cada um dos objectivos, respectivamente: H1) as famílias monoparentais maternas terão menores índices de suporte social percebido que as famílias biparentais maternas; H2) as famílias que apresentem maior suporte social percebido apresentarão menores índices de práticas parentais negligentes do que as com menor suporte social percebido, sendo essa diferença maior nas famílias monoparentais; H3) as famílias que apresentem maior suporte social percebido apresentarão maiores índices de satisfação com a vida, sendo esse efeito maior em família monoparentais.

3. Método

3.1. Participantes

A amostra utilizada neste estudo foi recolhida por conveniência e por emparelhamento. Dados os nossos objectivos comparativos entre famílias monoparentais e biparentais maternas, foi solicitado às instituições colaboradoras deste estudo, a participação equiparada entre famílias de modo aproximar o mais possível as características sociodemográficas dos grupos participantes.

Por famílias monoparentais maternas, foram consideradas as mães chefes de famílias resultantes de divórcio, separação e viuvez, enquanto por famílias biparentais maternas, foram incluídas todas as mães de que, no momento do preenchimento, estivessem a vivenciar uma relação amorosa e coabitassem conjuntamente com o progenitor/companheiro e a(s) sua(s) criança(s). Acrescentar, as mães destas famílias teriam de obter idade superior a 18 anos e pelo menos uma criança com idade compreendida entre os cinco e os 15 anos.

Assim, globalmente, neste estudo participaram 67 mães, de famílias com crianças com idades compreendidas entre os cinco e os 15 anos. Devido às especificidades de um dos instrumentos utilizados, as idades das crianças foram organizadas em dois intervalos: dos cinco aos nove anos ($M = 7.40$; $DP = 1.22$) e dos 10 aos 15 anos ($M = 12.04$; $DP = 1.79$). Relativamente às idades das participantes, no momento da recolha tinham os 24 e os 59 anos, representada por uma média de idades de 39.81 anos ($DP = 5.90$).

Caracteristicamente as participantes provinham de famílias pequenas, constituídas maioritariamente por um ($n = 24$; 35.80%) ou dois filhos ($n = 27$; 40.30%). As famílias compostas por três ($n = 13$; 19.40%) ou mais de quatro filhos ($n = 3$; 4.50%), não foram expressivas neste estudo.

Como é possível observar na tabela 1, as participantes deste estudo, no momento do preenchimento, residiam maioritariamente no distrito de Leiria ($n = 42$; 62.70%) enquanto as restantes residiam nos distritos de Lisboa ($n = 23$; 34.30%) e Beja ($n = 2$; 3%). No que concerne às habilitações literárias, a maioria das participantes completou o ensino secundário ($n = 20$, 30.30%), enquanto 21.20% ($n = 14$) alcançaram o 2º ciclo e o 3º ciclos. Relativamente à situação profissional, foi encontrada maior expressão nas participantes que se encontravam empregadas, representando 64.20% ($n = 43$) da amostra, numa média de 39.50 horas ($DP = 8.85$) por semana. Ainda, destas, 17.90% ($n = 12$) cumpria horário ao fim-de-semana/feriado e, no que respeita ao último mês, 19.40% ($n = 13$) realizara horas extra expediente, numa média de 17.54 horas ($DP = 13.91$). Ao nível do rendimento familiar

mensal, a maior expressão verificou-se nas famílias que possuem rendimentos mensais entre os 486 euros e os 1200 euros ($n = 38$; 56.70%), seguindo-se as famílias que declararam viver apenas dos apoios sociais (rendimento social de inserção, subsídio do desemprego, outros) ($n = 13$; 19.40%). Relativamente ao estado civil, os resultados entre participantes divorciadas ($n = 26$; 38.80%) e casadas ($n = 24$; 35.80%) encontraram-se equiparados, devido ao emparelhamento efectuado na recolha. Menos expressiva é a percentagem de participantes solteiras ($n = 13$; 19.40%) e viúvas ($n = 4$; 6%). No entanto, embora 64.20% ($n = 43$) das participantes não se encontrarem casadas, 17.90% ($n = 12$) confessaram vivenciar uma relação amorosa, assinalada pelo namoro (50%; $n = 6$) ou união de facto (50%; $n = 6$). Na sequência destes resultados, ao nível da coabitação, 41.80% ($n = 28$) das participantes residiam apenas com a(s) sua(s) criança(s) ou com o progenitor da(s) sua(s) criança(s). Com resultados mais reduzidos encontraram-se as participantes que residiam com o companheiro ($n = 6$; 9%) ou com outros elementos da família alargada ($n = 7$; 10.40%). A caracterização sociodemográfica da amostra global encontra-se exposta na tabela 1.

Tabela 1. Características sociodemográficas da amostra global

		n	Percentagem %
Distrito de Residência:	Leiria	42	62.70
	Lisboa	23	34.30
	Beja	2	3.00
Habilitações Literárias:	Ensino Básico – 1º Ciclo	12	17.90
	Ensino Básico – 2º ciclo	14	20.90
	Ensino Básico – 3º ciclo	14	20.90
	Ensino Secundário	20	29.90
	Ensino Superior	6	9.00
Situação Profissional:	Empregada	43	64.2
	Desempregada	25	35.8
Trabalho ao fim-de-semana/feriado:	Sim	12	17.90
	Não	30	44.90
Rendimento Familiar Total/Mês:	Apoios Sociais (RSI, Subsidio de Desemprego, outros)	13	19.40
	Rendimento igual ou inferior ao salário mínimo nacional (485 euros)	7	10.40
	Rendimento entre os 486 euros e os 1200 euros	38	56.70
	Rendimento acima dos 1200 euros	9	13.40
Estado Civil:	Solteira	13	19.40
	Casada	24	35.80
	Divorciada	26	38.80
	Viúva	4	6.00
Existência de Relação Amorosa:	Sim	12	17.90
	Não	31	46.30
Tipo de Relação Amorosa:	Namoro	6	9.00
	União de Facto	6	9.00
Coabitação:	Apenas com o(s) filho(s)	28	41.80
	Com Progenitor e o(s) filho(s)	28	41.80
	Com Companheiro (não progenitor) e o(s) filho(s)	6	9.00
	Com Família Alargada e o(s) filho(s)	7	10.40

Nota: Algumas percentagens apresentadas não atingem os 100%, em resultado dos *missing values*

Porque nesta amostra importa agrupar famílias monoparentais e famílias biparentais, os dados obtidos nas categorias estado civil, vivência de relação amorosa e coabitação foram recodificados numa nova variável com quatro categorias, designadamente, o núcleo monoparental primário, o núcleo monoparental secundário, o núcleo biparental primário e o núcleo biparental secundário. O que distingue os grupos primários e secundários é a convivência única com a(s) sua(s) criança(s) na primeira e a convivência conjunta com outros elementos da família alargada, na segunda (Arboleda e Duarte, 2010). Porque as estruturas familiares secundárias apresentaram baixa frequência de participantes, optou-se por considerar apenas duas categorias de núcleos, os monoparentais e os biparentais.

Em resultado, os grupos formados foram constituídos por 49.30% (n = 33) de participantes do núcleo monoparental e 50.70% (n = 34) participantes do núcleo biparental. É de relevar que os valores obtidos entre grupos, não parecem diferir muito entre si, demonstrando talvez o efeito do emparelhamento das participantes no momento da aplicação do questionário.

Procedendo à caracterização sociodemográfica dos grupos constituídos, verificamos que, até ao momento da recolha, as idades médias das participantes do grupo monoparental situava-se nos 40.91 anos (DP = 5.40) e do grupo biparental, nos 38.74 anos (DP = 6.25). Relativamente às idades dos filhos, na categoria dos cinco aos nove anos, a média de idades no grupo monoparental era de 7.68 anos (DP = 0.99) e de 7.06% anos no grupo biparental. Na categoria de idades dos filhos dos 10 aos 15 anos, a média de idades dos filhos do primeiro grupo era de 11.97 anos (DP = 1.84) e de 12.11 anos (DP = 1.76) para o grupo biparental.

Como é possível verificar na tabela 2, apresentada de seguida, mais de 60% das participantes de ambos os grupos residia no distrito de Leiria (grupo monoparental – 63.60%, n = 21; grupo biparental – 61.80%, n = 21). No que respeita ao número de filhos por grupo familiar, é possível verificar que é no grupo biparental que se encontram representados mais filhos, correspondendo a valores superiores nas categorias de três filhos (23.50%, n = 8) e mais de quatro filhos (5.90%, n = 2), enquanto no grupo monoparental estão representados valores superiores de um filho (36.40%, n = 12) e dois filhos (45.50%, n = 15), comparativamente ao grupo biparental. No que concerne às habilitações literárias, ambos os grupos responderam, maioritariamente, possuir o nível escolar do ensino secundário, sendo maior a percentagem no grupo biparental (32.40%, n = 11) que no grupo monoparental (27.30%, n = 9). No entanto, os grupos distinguem-se quanto ao nível escolar seguinte, representado pelos níveis do 1º ciclo e 3º ciclos, ambos com 24.20% (n = 8), no grupo monoparental e pelos níveis do 2º e 3º ciclos, com 29.40% (n = 10) e 17.60% (n = 6),

respectivamente, no grupo biparental. Quanto à situação profissional, e tal como evidenciado na amostra global, ambos os grupos responderam encontrar-se em situação de emprego, representando 69.70% (n = 23) do grupo monoparental e 58.80% (n = 20) do grupo biparental. Acrescentar que no grupo biparental verificou-se a presença de uma participante à procura do primeiro emprego (2.90%). Das participantes que se encontravam em vida activa, verificou-se que é no grupo monoparental que se apresentaram valores superiores à categoria de trabalho aos fins-de-semana/feriado (24.20%, n = 8) ao contrário do grupo biparental (11.80%, n = 4). Acrescentar a estes resultados, também é o grupo monoparental que confirmou ter realizado mais horas extra no último mês (24.20%, n = 8), ao contrário do grupo biparental (11.80%, n = 5). Quanto ao valor médio de horas de trabalho por semana, os grupos apresentaram valores idênticos, situados nas 40 horas semanais em média (grupo monoparental M = 39.45, DP = 11.90; grupo biparental M = 39.56, DP = 2.18). Acrescentar que a estas horas de expediente, o grupo monoparental realizou mais horas extra de trabalho no último mês (M = 20, DP = 17.13) que o grupo biparental (M = 13.60, DP = 5.94). Por fim, no que respeita ao rendimento familiar, ambos os grupos predominaram na categoria de rendimento entre os 486 euros e os 1200 euros mensais, representados por 60.60% (n = 20) no grupo monoparental e 52.90% (n = 18) no grupo biparental. No entanto, a segunda categoria de rendimento familiar representada nos grupos difere entre os rendimentos provindos de apoios sociais que representam 24.20% (n = 8) do grupo monoparental e rendimentos superiores a 1200 euros mensais, representados por 14.70% (n = 5) do grupo biparental.

Podemos assim concluir que ambos os grupos apresentam características comparáveis comprovando, assim, o sucesso do emparelhamento. A caracterização sociodemográfica dos grupos apresenta-se na tabela 2.

Tabela 2. Características sociodemográficas dos grupos Monoparental e Biparental

	Grupo Monoparental		Grupo Biparental	
	n	Percentagem %	n	Percentagem %
Distrito de Residência:				
Leiria	21	63.60%	21	61.80%
Lisboa	10	30.30%	13	38.20%
Beja	2	6.10%	-	-
Número de filhos:				
1 filho	12	36.40%	12	35.30%
2 filhos	15	45.50%	12	35.30%
3 filhos	5	15.20%	8	23.50%
Mais de 4 filhos	1	3.00%	2	5.90%
Habilitações Literárias:				
Ensino Básico – 1º Ciclo	8	24.20%	4	11.80%
Ensino Básico – 2º ciclo	4	12.10%	10	29.40%
Ensino Básico – 3º ciclo	8	24.20%	6	17.60%
Ensino Secundário	9	27.30%	11	32.40%
Ensino Superior	3	9.10%	3	8.80%
Situação Profissional:				
Empregada	23	69.70%	20	58.80%
Desempregada	10	30.30%	13	38.20%
À procura do 1º emprego	-	-	1	2.90%
Trabalho ao fim-de-semana/feriado:				
Sim	8	24.20%	4	11.80%
Não	15	45.50%	15	44.10%
Realizou horas extra no mês anterior:				
Sim	8	24.20%	5	11.80%
Não	15	45.50%	14	41.20%
Rendimento Familiar Total/Mês:				
Apoios Sociais (RSI, Subsidio de Desemprego, outros)	8	24.20%	5	14.70%
Rendimento igual ou inferior ao salário mínimo nacional (485 euros)	4	12.10%	3	8.80%
Rendimento entre os 486 euros e os 1200 euros	20	60.60%	18	52.90%
Rendimento acima dos 1200 euros	1	3.00%	8	23.50%

Nota: Algumas percentagens apresentadas não atingem os 100%, em resultado da não aplicabilidade da situação em algumas participantes, nomeadamente, as questões relativas ao trabalho.

3.2. Instrumentos

3.2.1. Escala de Satisfação com o Suporte Social (ESSS; Ribeiro, 1999)

Com vista a avaliar o suporte social percebido dos participantes do presente estudo, utilizou-se a Escala de Satisfação com o Suporte Social, adiante designada por ESSS, desenvolvida e publicada por Ribeiro (1999). Embora maioritariamente aplicada a investigações associadas à psicologia da saúde, a ESSS foi validada num estudo com 609 estudantes dos ensinos secundário e universitário da cidade do Porto, mostrando-se precisa e válida para a população portuguesa em geral (Ribeiro, 2011). Evidenciou-se numa escolha adequada, uma vez que avalia a satisfação dos indivíduos com a percepção de suporte social fornecido pelos actores sociais com quem interagem, especificamente, com os familiares, amigos e nas suas actividades sociais. O autor defende que a satisfação com a percepção de suporte social, relaciona-se com processos cognitivos e emocionais importantes para o bem-estar e qualidade de vida do indivíduo (Ribeiro, 2011).

A ESSS é uma escala multidimensional, composta por 15 itens de afirmação, de respostas de tipo *Likert* com cinco posições, designadamente, 1 = “Concordo Totalmente”, 2 = “Concordo na maior parte”, 3 = “Não concordo nem discordo”, 4 = “Discordo a maior parte” e 5 = “Discordo Totalmente”. A pontuação para a escala total possui uma amplitude de 15-75, sendo que uma pontuação elevada corresponde a uma maior satisfação na percepção de suporte social. Ainda, a escala constituiu-se por quatro subescalas que visam medir diferentes fontes de suporte social. A subescala “Satisfação com os Amigos”, composta por cinco itens, avalia a satisfação do indivíduo face às amizades e amigos que percebe ter ao dispor (exemplo, “Estou satisfeita com a quantidade de amigos que tenho.”). A subescala “Intimidade”, constituída por quatro itens, mede a percepção da presença de apoio íntimo (exemplo, “Por vezes sinto-me só no mundo e sem apoio.”). A subescala “Satisfação com a Família”, organizada por três itens, avalia a satisfação com o apoio familiar presente (exemplo, “Estou satisfeita com a forma como me relaciono com a minha família.”). E, por fim, a subescala “Actividades Sociais”, composta por três itens, mede a satisfação com as actividades sociais que participa (exemplo, “Sinto falta de actividades sociais que me satisfaçam.”).

Ao nível das qualidades psicométricas, os alfas encontrados neste estudo mostraram valores iguais ou superiores aos alfas da escala original (Ribeiro, 2011), à excepção da subescala “Intimidade”. Ao nível global, o alfa da escala total deste estudo foi semelhante ao da escala total original, com um valor de alfa de 0.85, apresentando boa consistência interna

da escala total. Como é possível verificar na tabela 3, no que respeita às subescalas, as dimensões “Satisfação com os Amigos” e “Satisfação com a Família” apresentaram boa consistência interna neste estudo, com alfas de cronbach de 0.87 e 0.81, respectivamente. Por outro lado, os alfas encontrados nas subescalas originais possuem valores mais baixos, especificamente 0.83 na subescala “Satisfação com os Amigos” e 0.74 na subescala “Satisfação com a Família”. Quanto às restantes subescalas, foram verificados valores de alfa razoáveis neste estudo, que se situam em 0.67 na subescala “Intimidade” e 0.65 na subescala “Actividades Sociais”. Enquanto isso, os valores alfa das subescalas originais situam-se em 0.74 e 0.64, respetivamente. Estes resultados permitem-nos constatar que os constructos da escala total e de todas as subescalas (à excepção da subescala “Intimidade”) do presente estudo, encontram-se fiéis à sua avaliação.

Ao nível da correlação das subescalas, podemos verificar na tabela 3 que a subescala “Satisfação com os Amigos” possui uma correlação moderada com as subescalas “Intimidade” ($r= 0.59$; $p \leq 0.01$) e “Satisfação com a Família” ($r= 0.39$; $p \leq 0.01$). Por sua vez, a subescala “Intimidade” apresenta uma correlação moderada com a subescala “Satisfação com a Família” ($r= 0.53$; $p \leq 0.01$). Por outro lado, a subescala “Actividades Sociais” não apresenta correlação com as restantes subescalas.

Tabela 3. Correlação das subescalas da ESSS

Subescalas ESSS	Alfa Escala Original	Satisfação com os Amigos	Intimidade	Satisfação com a Família	Actividades Sociais
Satisfação com os Amigos	0.83	0.87	0.59**	0.39**	0.12
Intimidade	0.74	–	0.67	0.53**	0.24
Satisfação com a Família	0.74	–	–	0.81	0.13
Actividades Sociais	0.64	–	–	–	0.65

Nota: Alfa de cronbach do presente estudo na diagonal; ** $p \leq 0.01$

3.2.2. *Multidimensional Neglectful Behavior Scale – Parent Report* (Kantor, Straus & Holt, 2004; Escala de Comportamento Negligente Multidimensional – Relatos dos Pais, adaptada por Melo & Alarcão, 2009)

A escala *Multidimensional Neglectful Behavior Scale – Parent Report* (Kantor, Straus & Holt, 2004), é uma escala que foi recentemente adaptada à população portuguesa por Melo

e Alarcão (2009), designando-se por Escala de Comportamento Negligente Multidimensional – Relatos dos Pais.

Constitui-se como medida de auto-relato, direccionada a prestadores de cuidados de crianças entre os zero e os 15 anos de idade, havendo versões entre os zero e os cinco e entre os cinco e os 15 anos, sendo que nesta última, são apresentados no mesmo questionário, itens específicos para idades compreendidas entre os cinco e os nove e entre os 10 e os 15 anos, dado que os comportamentos negligentes em relação a uma criança de cinco anos podem constituir-se adequados para com um jovem de 14. Ainda, a escala apresenta outras versões de avaliação de negligência, nomeadamente, de auto-relato para crianças, adolescentes e de recordação para adultos dos cuidados recebidos em criança.

Como medida de avaliação de negligência, este instrumento apresenta uma conceptualização particular do conceito, centrada no comportamento dos prestadores de cuidados à criança, descrito “pelo fracasso em agir conforme o que se julga necessário numa cultura, de uma sociedade, de modo a satisfazer as necessidades de desenvolvimento da criança cuja responsabilidade recai sobre si” (Kantor *et al.*, 2004, pp. 411).

A ECNM-RP compõe-se por 31 afirmações de comportamentos negligentes ocorridos nos últimos seis meses, com respostas de tipo *likert* de cinco graus: 0 = “Nunca Aconteceu”, 1 = “Quase nunca aconteceu”, 2 = “Aconteceu algumas vezes”, 3 = “Aconteceu bastantes vezes” e 5 = “Aconteceu Sempre”.

Organiza-se por quatro subescalas que tipificam o conceito de negligência parental infantil nesta escala: “Negligência Emocional e Cognitiva”, “Negligência Física”, “Negligência de Supervisão” e “Abuso de Álcool e Exposição a Violência e Conflitos”. A subescala “Negligência Emocional e Cognitiva” compõe-se por 17 itens e mede a omissão de comportamentos de elogio, conforto e no apoio nas actividades escolares e desenvolvimento da criança. Por sua vez, a subescala “Negligência Física” organiza-se por cinco itens que avaliam a falta de provisão das necessidades básicas da criança (alimentação, vestuário, higiene). A subescala “Negligência de Supervisão” é constituída por três itens e subdivide-se em duas sub-amostras, isto é, crianças dos cinco aos nove anos e crianças dos 10 aos 15 anos de idade, uma vez que a atenção dirigida a uma criança de cinco anos não é a mesma para uma criança de 15. Avalia situações em que os cuidadores não tomam precauções necessárias para a segurança da criança, seja em casa ou no exterior, de acordo com as necessidades específicas da criança. Por fim, a subescala “Abuso de Álcool e Exposição à Violência e Conflitos” constituiu-se por três itens e mede a presença da criança ou a sua exposição a comportamentos de consumo e violência, desadequados ao seu desenvolvimento.

No que concerne às qualidades psicométricas, a escala adaptada apresenta indicadores de validade e fidelidade que permitem a sua utilização junto da população portuguesa. As quatro subescalas adaptadas e do presente estudo obtiveram boa consistência interna, à exceção da subescala “Negligência de Supervisão” que mostrou fraca consistência interna. Os valores de alfa de cronbach das subescalas da escala adaptada e do presente estudo foram os seguintes: “Negligência Emocional e Cognitiva”, 0.93 e 0.91, respectivamente; “Negligência Física”, 0.73 e 0.76, respectivamente; “Negligência de Supervisão” na sub-amostra dos cinco aos nove anos foi de 0.64 na escala adaptada e 0.52 neste estudo, enquanto na sub-amostra dos 10 aos 15 anos o alfa foi de 0.86 na escala adaptada e 0.61 no presente estudo; por fim, “Abuso de Álcool e Exposição à Violência e Conflitos” o alfa apresentado foi de 0.80 e 0.69, respectivamente.

Quanto à correlação entre subescalas, verificaram-se correlações fracas nomeadamente entre as subescalas “Negligência Emocional e Cognitiva” com a subescala “Negligência de Supervisão – Escala Total” ($r= 0.28; p \leq 0.05$) e entre as subescalas “Negligência de Supervisão – Subamostra 5 – 9 anos” com a subescala “Abuso de Álcool e Exposição à Violência e Conflitos” ($r= 0.34; p \leq 0.05$). Por outro lado, as subescalas “Negligência de Supervisão – Escala Total” mostraram uma forte correlação com a subescala “Negligência de Supervisão – Subamostra 10 – 15 anos” ($r= 0.93; p \leq 0.01$) (ver tabela 4).

Tabela 4. Correlação das subescalas ECNM – RP

Tabela 4. Correlação das subescalas ECNM – RP	Alfa Escala Original	Negligência Emocional e Cognitiva	Negligência Física	Negligência de Supervisão			Abuso de Álcool e Exposição à Violência e Conflitos
				Escala Total	Subamostra 5 – 9 anos	Subamostra 10 – 15 anos	
Negligência Emocional e Cognitiva	0.93	0.91	0.13	0.28*	0.15	0.23	- 0.14
Negligência Física	0.73	–	0.76	0.02	- 0.07	- 0.05	- 0.19
Negligência de Supervisão	Escala Total	–	–	0.57	0.24	0.93**	0.14
	Subamostra 5 – 9 anos	–	–	–	0.52	- 0.14	0.34**
	Subamostra 10 – 15 anos	–	–	–	–	0.62	0.02
Abuso de Álcool e Exposição à Violência e Conflitos	0.80	–	–	–	–	–	0.69

Nota: Alfa de cronbach do presente estudo encontra-se na diagonal; * $p \leq 0.05$; ** $p \leq 0.01$

3.2.3. Escala de Satisfação com a Vida (ESCV; Satisfaction With Life Scale, Diener et al., 1985, adaptado por Simões, 1992)

A Escala de Satisfação com a Vida, adiante designada por ESCV, resulta da adaptação da escala *Satisfaction With Life Scale* (Diener et al., 1985, adaptada por Simões, 1992). A colocação desta escala no presente estudo surge das evidências verificadas na literatura sobre a influência do suporte social percebido com os níveis satisfação com a vida (Ceballo & McLoyd, 2002).

Composta por cinco afirmações que analisam os vários domínios da vida da pessoa, a escala mede o julgamento cognitivo geral que o indivíduo faz sobre a sua vida e utiliza uma escala de resposta tipo *likert* composta por cinco níveis que variam entre 1 = “Discordo muito”, 2 = “Discordo um pouco”, 3 = “Nem concordo nem discordo”, 4 = “Concordo um pouco” e 5 = “Concordo muito”.

No que respeita às qualidades psicométricas, a escala no presente estudo apresentou boa consistência interna mostrando um alfa de cronbach de 0.81, mostrando um valor superior ao atingido pelo alfa apresentado na escala original adaptada, de 0.77 (Simões, 1992).

3.3. Procedimento

Com vista a alcançar os objectivos proposto no presente estudo, optou-se pela utilização de uma metodologia quantitativa, através da aplicação de um questionário, com um tempo médio de preenchimento de cinco a sete minutos.

O questionário compôs-se por uma folha de rosto e quatro medidas de avaliação. Na primeira folha, encontravam-se expostas as informações inerentes ao estudo, nomeadamente a apresentação do estabelecimento de ensino e o âmbito do estudo, bem como os objectivos deste e as considerações éticas inerentes à colaboração do participante. De seguida, e de forma a poder caracterizar a amostra participante e posteriormente proceder à categorização dos grupos desejados, construiu-se um questionário de caracterização sociodemográfica com base nos indicadores de risco identificados na literatura das famílias monoparentais, sendo que a informação solicitada correspondia aos últimos seis meses. Posteriormente foram colocadas três escalas de avaliação das variáveis em estudo, nomeadamente, uma escala de avaliação do suporte social percebido, outra de avaliação das práticas parentais negligentes pelos cuidadores e, por fim, uma escala de satisfação com a qualidade de vida, respectivamente. A ordem de preenchimento foi seleccionada ao acaso sendo que houve especial atenção que a escala de avaliação das práticas parentais negligentes não fosse

colocada no início do questionário, uma vez que para alguns participantes poderia tornar-se evasivo dado o tema em análise.

Para a aplicação do questionário, utilizou-se um formato de preenchimento individual, em que o gestor de caso procedeu ao contacto das famílias que integravam os critérios acima descritos (telefonicamente ou presencialmente) solicitando a sua colaboração, explicando o intuito do estudo e as considerações éticas inerentes ao preenchimento, nomeadamente a confidencialidade e anonimato das informações prestadas no questionário, o direito à desistência e a condição de colaboração voluntária (Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2011). Os questionários foram entregues num envelope de modo a controlar suspeitas de que este poderia ser lido pelo técnico gestor. Por outro lado, nos encontros de pais, o técnico solicitou no início da sessão, a colaboração das famílias presentes para o preenchimento individual do questionário, distribuindo o mesmo número de questionários entre famílias monoparentais e famílias biparentais que, dado o conhecimento prévio do grupo pelo técnico, tornou-se mais fácil a sua aplicação. A distribuição do questionário efectou-se pelo técnico gestor uma vez dada a sua relação profissional e empática com as famílias que favorecia a participação e o envolvimento nesta investigação.

Como referido anteriormente, os participantes foram recolhidos por uma amostra de conveniência, na medida em que foi solicitada a colaboração de profissionais e amigos que actuavam nas áreas de saúde (unidades de saúde familiar – serviço de enfermagem), social (serviços de apoio à família e à criança – Pré-escolar/ATL), protecção de menores (Comissão de Protecção de Crianças e Jovens) e em projectos cujas actividades eram direccionadas a pais (encontro de pais). A colaboração foi solicitada formalmente por carta, à Direcção dos serviços, contextualizando os objectivos deste estudo e as características dos participantes que se pretendiam recolher. Destes serviços, a maioria das famílias foram obtidas pelos serviços de apoio social, ao contrário das famílias obtidas pelo serviço de protecção de menores. Também, a amostra foi recolhida por emparelhamento de modo a equiparar os grupos para análise estatística, tendo sido solicitado aos serviços um número idêntico de questionários aplicados a famílias monoparentais e famílias biparentais maternas. A decisão de emparelhar as famílias monoparentais e biparentais baseou-se no desejo de controlar o mais possível as variáveis sociodemográficas que poderiam tornar os grupos demasiado distintos nas suas realidades, dificultando a sua caracterização e comparação.

4. Resultados

Para a análise dos resultados recorreu-se ao programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 19, que permitiu a realização da estatística descritiva (médias, desvio padrão), da exploração das qualidades psicométricas dos instrumentos utilizados (e.g. *alfa de cronbach*), da comparação entre grupos (*Test t*) e da análise da moderação entre as duas variáveis independentes (tipo de família e suporte social alto vs baixo) para analisar o seu impacto nas variáveis dependentes (práticas parentais negligentes e satisfação com a vida) (duas ANOVA a dois factores).

4.1. Análise descritiva da variável Suporte Social Percebido

Da análise efectuada à variável satisfação com o suporte social percebido verificamos que, globalmente, ambos os grupos apresentam médias nem muito altas, nem muito baixas, encontrando-se perto do ponto médio de cada escala e subescala, reportando-se moderadamente satisfeita com o seu suporte social percebido.

Através da tabela 5 é possível verificar que o grupo Biparental manifestou-se ligeiramente mais satisfeito com o suporte social percebido que o grupo Monoparental, demonstrando médias aparentemente superiores em todas as tipologias de suporte social. Globalmente, o grupo Biparental apresentou médias ligeiramente superiores no suporte social total ($M = 49.73$; $DP = 13.66$), do que o grupo Monoparental ($M = 47.63$; $DP = 9.91$), sendo este último grupo o que mostrou valores ligeiramente abaixo da média da amostra global no geral e em todas as tipologias de suporte. Relativamente às diferentes tipologias de suporte social percebido, também é o grupo Biparental que possui médias aparentemente superiores quando comparado com o grupo Monoparental, sendo a tipologia “Satisfação com os Amigos” a que apresenta uma média ligeiramente superior no que diz respeito às restantes tipologias, nomeadamente de 17.24 ($DP = 5.84$) para o grupo Biparental e 16.58 ($DP = 5.57$) para o grupo Monoparental, seguindo-se a tipologia “Intimidade” com uma média de 13.15 ($DP = 4.33$) para o grupo Biparental e de 11.78 ($DP = 3.70$) para o grupo Monoparental. Quanto à tipologia “Satisfação com a Família”, o grupo Biparental ($M = 11.53$, $DP = 3.39$) evidencia uma média ligeiramente superior ao grupo Monoparental ($M = 11.33$, $DP = 3.48$), embora os valores não se apresentem discrepantes entre si. Por fim, a tipologia “Actividades Sociais” foi a que apresentou uma média aparentemente mais baixa nos grupos Biparental ($M = 7.85$, $DP = 3.35$) e Monoparental ($M = 7.70$, $DP = 2.97$).

Ainda, e com o intuito de investigar a existência de correlações entre o suporte social percebido e as características sociodemográficas da amostra, procedeu-se à realização de

correlações de pearson para os grupos Monoparental e Biparental. As características utilizadas foram as seguintes, “habilitações”, “número de horas de trabalho por semana”, “trabalho ao fim-de-semana e feriados”, “realização de horas extra no último mês” e “rendimento familiar mensal”.

Globalmente, no grupo Monoparental, não foram verificadas correlações entre as tipologias de suporte social percebido e as diferentes características sociodemográficas. Por outro lado, no grupo Biparental, foram analisadas algumas correlações interessantes. Relativamente à característica sociodemográfica “número de horas de trabalho por semana”, observou-se uma correlação negativa e moderada com a tipologia “Satisfação com a Família” ($r=-0.49$; $p \leq 0.05$), o que traduz que quanto maior for a carga horária de trabalho durante a semana, as famílias biparentais encontram-se menos satisfeitas com o apoio prestado pela família. Por sua vez, na característica sociodemográfica “trabalho ao fim-de-semana e feriados”, obteve-se uma correlação forte e negativa com a tipologia “Satisfação com a Família” ($r=-0.83$; $p \leq 0.01$) e uma correlação moderada e negativa com a tipologia “Intimidade” ($r=-0,47$; $p \leq 0.05$). Isto significa que as famílias biparentais que trabalham aos fins-de-semana e feriados demonstram-se realmente menos satisfeitas com o apoio fornecido pela família e menos satisfeitas, também, com o apoio mais íntimo. Por fim, foram observadas correlações moderadas e positivas entre a característica sociodemográfica “rendimento familiar mensal” e as tipologias “Intimidade” ($r=0.42$; $p \leq 0.05$) e “Actividades Sociais” ($r=0.43$; $p \leq 0.05$), o que significa que quanto maior for o nível de rendimento familiar mensal, nas famílias biparentais, maior a satisfação com o apoio íntimo fornecido e maior satisfação com as actividades sociais que realiza (ver tabela 6).

Tabela 5. Satisfação com o suporte social de acordo com os grupos Monoparental e Biparental

Satisfação com o Suporte Social	Amostra Global						Grupo Monoparental			Grupo Biparental		
	<i>n</i>	<i>Min</i>	<i>Máx.</i>	<i>Média</i>	<i>DP</i>	<i>Amplitude</i>	<i>n</i>	<i>Média</i>	<i>DP</i>	<i>n</i>	<i>Média</i>	<i>DP</i>
Total	65	21	74	48.69	11.92	15 – 75	32	47.63	9.91	33	49.73	13.66
Satisfação com os Amigos	67	5	25	16.91	5.68	5 – 25	33	16.58	5.57	34	17.24	5.84
Intimidade	65	4	20	12.48	4.06	4 – 20	32	11.78	3.70	33	13.15	4.33
Satisfação com a Família	67	3	15	11.43	3.41	3 – 15	33	11.33	3.48	34	11.53	3.39
Actividades Sociais	67	3	15	7.78	3.15	3 – 15	33	7.70	2.97	34	7.85	3.35

Tabela 6. Correlações de Pearson entre as tipologias de suporte social percebido e as características sociodemográficas, dos grupos Monoparental e Biparental

Variáveis Sociodemográficas	Habilitações	N.º horas de trabalho por semana	Trabalho ao fim-de-semana e feriados	Realização de horas extra no último mês	Rendimento familiar mensal
Grupo Monoparental					
Satisfação com os Amigos	0.10	0.15	0.18	- 0.28	0.24
Intimidade	0.00	0.36	0.32	0.27	0.21
Satisfação com a Família	- 0.16	- 0.40	0.34	0.06	0.02
Actividades Sociais	0.02	- 0.12	- 0.65	0.14	0.02
Grupo Biparental					
Satisfação com os Amigos	- 0.06	- 0.39	- 0.23	- 0.14	0.09
Intimidade	- 0.08	- 0.30	- 0.47*	- 0.06	0.42*
Satisfação com a Família	- 0.02	- 0.49*	- 0.83**	- 0.03	0.29
Actividades Sociais	0.05	- 0.08	- 0.15	0.26	0.43*

* $p \leq 0.05$; ** $p \leq 0.01$

4.2. Análise descritiva da variável Práticas Parentais Negligentes

Relativamente à variável práticas parentais negligentes, verificamos na tabela 7 que a tipologia de negligência que predomina nas médias da amostra global é a “Negligência Emocional e Cognitiva” ($M = 11.59$, $DP = 4.67$), sendo o grupo Biparental o que demonstrou médias ligeiramente superiores nesta tipologia ($M = 12.25$, $DP = 4.24$) quando analisado juntamente com o grupo Monoparental ($M = 10.86$, $DP = 5.03$). Não obstante, ainda o primeiro grupo apresentou uma média aparentemente superior na tipologia “Negligência de Supervisão – 5 aos 9 anos” ($M = 0.29$; $DP = 0.58$) do que o grupo Monoparental ($M = 0.09$, $DP = 0.29$). Por outro lado, o grupo Monoparental evidenciou médias ligeiramente maiores nas tipologias “Negligência Física” ($M = 4.84$, $DP = 0.45$), “Negligência de Supervisão – Total” ($M = 1.42$, $DP = 1.17$) e “Negligência de Supervisão – 10 aos 15 anos” ($M = 1.33$, $DP = 1.33$, $DP = 1.24$), enquanto o grupo Biparental apresentou médias de 4.73 ($DP = 0.80$), 1.32 ($DP = 1.34$) e 10.03 ($DP = 1.22$), respectivamente. A tipologia “Abuso de Álcool e Exposição a Violência e Conflitos” foi a que obteve valores médios aparentemente mais baixos em ambos os grupos, que apresentaram valor idêntico na média de respostas ($M = 0.18$), quer para o grupo Monoparental ($DP = 0.58$) como para o grupo Biparental ($DP = 0.52$).

Ainda, e com o objectivo de analisar a presença de correlações entre as práticas parentais negligentes e as características sociodemográficas da amostra, realizaram-se correlações de Pearson para cada grupo em análise. As características sociodemográficas utilizadas foram “habilitações”, “número de horas de trabalho por semana”, “trabalho ao fim-de-semana e feriados”, “realização de horas extra no último mês” e “rendimento familiar mensal”.

Globalmente, no grupo Monoparental, verificou-se uma correlação moderada entre a característica sociodemográfica “habilitações” com a tipologia “Negligência Emocional e Cognitiva” ($r=0.53$; $p \leq 0.01$), ou seja, as famílias monoparentais com o nível escolar mais elevado apresentam práticas parentais mais negligentes ao nível emocional e cognitivo. Quanto à característica sociodemográfica “número de horas de trabalho por semana”, observaram-se correlações igualmente moderadas mas negativas, com as tipologias “Negligência Emocional e Cognitiva” ($r=-0.48$; $p \leq 0.05$) e “Negligência de Supervisão Total” ($r=-0.44$; $p \leq 0.05$) e uma correlação moderada positiva com a tipologia de “Abuso de Álcool e Exposição a Violência e Conflitos” ($r=0.42$; $p \leq 0.05$). Podemos dizer que famílias monoparentais com horário superior durante a semana, apresentam menos práticas parentais negligentes ao nível emocional e cognitivo e na supervisão das suas crianças e, também, expõem menos vezes os seus filhos a situações de consumo de álcool e de violência ou

conflitos. Não obstante, para as restantes características sociodemográficas, no grupo Monoparental, não foram observadas correlações com as tipologias de práticas parentais negligentes. Relativamente ao grupo Biparental, na característica sociodemográfica “habilitações” verificaram-se correlações moderadas com as tipologias “Negligência Emocional e Cognitiva” ($r=0.44$; $p \leq 0.05$) e “Negligência Física” ($r=0.41$; $p \leq 0.05$), isto é, famílias biparentais com maior nível de escolaridade exercem mais práticas parentais negligentes ao nível emocional e cognitivo, como também físico (alimentação, vestuário, higiene”). No que respeita à característica sociodemográfica “número de horas de trabalho”, verificou-se uma correlação moderada e negativa com a tipologia “Negligência Física” ($r=-0.63$; $p \leq 0.01$) e uma correlação moderada e positiva com a tipologia “Abuso de Álcool e Exposição a Violência e Conflitos” ($r=0.63$; $p \leq 0.01$). Isto significa que as famílias biparentais que possuem uma carga horária semanal maior exercem menos práticas parentais negligentes ao nível físico (vestuário, alimentação, higiene) e expõem os seus filhos, mais vezes, a situações de consumo de álcool e violência ou conflitos. Quanto à característica sociodemográfica “trabalho ao fim-de-semana e feriados” observaram-se correlações moderadas e negativas com as tipologias “Negligência Física” ($r=-0.46$; $p \leq 0.05$) e “Abuso de Álcool e Exposição a Violência e Conflitos” ($r=0.46$; $p \leq 0.05$), ou seja, famílias biparentais que trabalham ao fim-de-semana e feriados exercem menos práticas parentais negligentes ao nível físico (vestuário, alimentação, higiene) e expõem menos as suas crianças a situações de consumo de álcool e violência ou conflitos. Por sua vez, na característica sociodemográfica “realização de horas extra no último mês” foram igualmente verificadas correlações moderadas nas tipologias “Negligência de Supervisão Total” ($r=0.52$; $p \leq 0.05$) e “Negligência de Supervisão – 10 aos 15 anos” ($r=-0.59$; $p \leq 0.05$). Isto significa que as famílias biparentais que efectuaram horas extraordinárias no mês anterior demonstraram mais práticas parentais negligentes no que respeita à supervisão dos seus filhos no total, mas também cujos filhos possuam idades compreendidas entre os 10 e os 15 anos. Por fim, na característica sociodemográfica “rendimento familiar mensal”, verificou-se uma correlação moderada e negativa com a tipologia “Negligência de Supervisão Total” ($r=-0.47$; $p \leq 0.01$), isto é, famílias biparentais com maior rendimento mensal exercem menos práticas parentais negligentes ao nível da supervisão cujos filhos compreendam as idades entre os cinco e os nove anos (ver tabela 8).

Tabela 7. Práticas parentais negligentes de acordo com os grupos Monoparental e Biparental.

Escala de Comportamento Negligente Multidimensional – Relatos dos Pais	Amostra Global					Grupo Monoparental			Grupo Biparental			
	<i>n</i>	<i>Min</i>	<i>Máx.</i>	<i>Média</i>	<i>DP</i>	<i>n</i>	<i>Média</i>	<i>DP</i>	<i>n</i>	<i>Média</i>	<i>DP</i>	
Negligência Emocional e Cognitiva	61	1	17	11.59	4.67	29	10.86	5.03	32	12.25	4.29	
Negligência Física	65	1	5	4.78	0.65	32	4.84	0.45	33	4.73	0.80	
Total	67	0	5	1.37	1.25	33	1.42	1.17	34	1.32	1.34	
Negligência de Supervisão	5 aos 9 anos	67	0	2	0.19	0.47	33	0.09	0.29	34	0.29	0.58
	10 aos 15 anos	67	0	3	1.18	1.23	33	1.33	1.24	34	1.03	1.22
Abuso de Álcool e Exposição à Violência e Conflitos	67	0	2	0.18	0.55	33	0.18	0.58	34	0.18	0.52	

Tabela 8. Correlações de Pearson entre as tipologias de práticas parentais negligentes e as características sociodemográficas, dos grupos Monoparental e Biparental

Tipologias de Negligência Parental	Variáveis Sociodemográficas	Habilitações	N.º horas de trabalho por semana	Trabalho ao fim-de-semana e feriados	Realização de horas extra no último mês	Rendimento familiar mensal
Grupo Monoparental						
Negligência Emocional e Cognitiva		0.53**	- 0.48*	0.09	0.13	0.08
Escala Total		- 0.07	- 0.44*	0.35	-0.24	- 0.09
Negligência de Supervisão	Subamostra 5 – 9 anos	- 0.04	0.02	- 0.23	-0.23	0.09
	Subamostra 10 – 15 anos	- 0.05	- 0.41	0.38	- 0.17	- 0.10
Negligência Física		0.03	- 0.26	0.13	0.31	- 0.22
Abuso de Álcool e Exposição a Violência e Conflitos		0.03	0.42*	0.10	- 0.23	- 0.03
Grupo Biparental						
Negligência Emocional e Cognitiva		0.44*	- 0.28	0.21	0.36	0.22
Escala Total		- 0.16	0.12	0.09	0.52*	- 0.22
Negligência de Supervisão	Subamostra 5 – 9 anos	0.01	0.33	0.36	- 0.19	- 0.47**
	Subamostra 10 – 15 anos	- 0.18	- 0.03	- 0.07	0.59**	- 0.02
Negligência Física		0.41*	- 0.63**	- 0.46*	0.14	0.14
Abuso de Álcool e Exposição a Violência e Conflitos		- 0.09	0.06**	- 0.46*	- 0.14	- 0.31

* $p \leq 0.05$; ** $p \leq 0.01$

4.3. Análise descritiva da variável Satisfação com a Vida

No que concerne à variável satisfação com a vida e como é possível verificar na tabela 7, o grupo Biparental demonstrou-se ligeiramente mais satisfeito com a vida ($M = 18.94$, $DP = 4.98$) do que o grupo Monoparental ($M = 15.60$, $DP = 4.40$). Ainda assim, deve salientar-se que, em média, os valores não se revelaram muito baixos nem muito altos (dada a sua amplitude), revelando uma satisfação com a vida moderada.

Não obstante, com o intuito de investigar a existência de correlação entre a variável satisfação com a vida e as características sociodemográficas da amostra, procedeu-se à realização de correlações de Pearson, dos grupos Monoparental e Biparental. As características sociodemográficas utilizadas foram “habilitações”, “número de horas de trabalho por semana”, “trabalho ao fim-de-semana e feriados”, “realização de horas extra no último mês” e “rendimento familiar mensal”. Contudo, a variável satisfação com a vida não se correlacionou com as características sociodemográficas de ambos os grupos de análise.

4.4. Diferenças do suporte social percebido entre as famílias monoparentais e famílias biparentais – Objectivo 1

No sentido de verificar a existência de diferenças estatisticamente significativas da variável suporte social percebido nos grupos Monoparental e Biparental, procedeu-se à realização do teste t para comparação de médias de amostras independentes. Neste sentido, e como é possível verificar na tabela 8, os grupos Monoparental e Biparental não apresentaram diferenças estatisticamente significativas entre si na variável suporte social total [$t(63)=-0.71$, n.s], nem ao nível das suas tipologias, concretamente, na “Satisfação com os amigos” [$t(63)=-0.47$, n.s], “Intimidade” [$t(63)=-0.47$, n.s], “Satisfação com a família” [$t(65)=-0.47$, n.s] e “Actividades sociais” [$t(63) = -0.47$, n.s].

Podemos então concluir que quanto ao primeiro objectivo deste estudo, as famílias monoparentais e as famílias biparentais não diferiram entre si nas médias obtidas ao nível de suporte social percebido total e nas suas diferentes tipologias, não sendo por isso testada a hipótese de que famílias monoparentais apresentam menores índices de suporte social percebido quando comparadas com famílias biparentais.

Tabela 9. Diferenças de médias das tipologias com o suporte social percebido nos grupos Monoparental e Biparental

Tipologias com o Suporte Social Percebido	Grupo Monoparental			Grupo Biparental	
	<i>t</i>	<i>Média</i>	<i>DP</i>	<i>Média</i>	<i>DP</i>
Total	- 0.71	47.63	9.91	49.73	13.66
Satisfação com os Amigos	- 0.47	16.58	5.57	17.24	5.84
Intimidade	- 1.37	11.78	3.70	13.15	4.33
Satisfação com a Família	- 0.23	11.33	3.48	11.53	3.39
Actividades Sociais	- 0.20	7.70	2.97	7.85	3.35

4.5. Diferenças nas práticas parentais negligentes entre famílias monoparentais e famílias biparentais, de acordo com o nível de suporte social percebido Alto-Baixo – Objectivo 2

De modo a testar o segundo objectivo proposto neste estudo, que pretende verificar a existência de diferenças nas práticas parentais negligentes entre os grupos Monoparental e Biparental, relacionando estas com o nível de suporte social alto e baixo, procedeu-se primeiramente à realização do teste *t* para comparação de médias em amostras independentes (ver tabela 10) e de seguida à realização de ANOVA a dois factores, de modo a analisar o impacto do nível de suporte social percebido nos índices das práticas parentais negligentes entre as famílias monoparentais e biparentais.

Realizado o teste *t*, verificou-se que, globalmente, também na variável de práticas parentais negligentes não houve diferenças nas médias apresentadas pelos grupos Monoparental e Biparental. As tipologias que compõem esta variável não apresentaram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, nomeadamente, na “Negligência Emocional e Cognitiva” [$t(59)=-1.15$, n.s], na “Negligência Física” [$t(63)=0.73$, n.s], na “Negligência de Supervisão Total” [$t(65) = 0.33$, n.s] bem como na “Negligência de Supervisão dos cinco aos nove anos” [$t(65)=-1.82$, n.s] e na “Negligência de Supervisão dos 10 aos 15 anos” [$t(65)=1.01$, n.s]. Ainda, no “Abuso de Álcool e Exposição à Violência e Conflitos” não foram verificadas diferenças estatisticamente significativas entre as médias [$t(65)= 0.04$, n.s].

Tabela 10. Diferenças de médias das práticas parentais negligentes, nos grupos Monoparental e Biparental

Escala de Comportamento Negligente Multidimensional – Relatos dos Pais	Grupo Monoparental			Grupo Biparental		
	<i>t</i>	<i>Média</i>	<i>DP</i>	<i>Média</i>	<i>DP</i>	
Negligência Emocional e Cognitiva	- 1.15	10.86	5.03	12.25	4.29	
Negligência Física	0.73	4.84	0.45	4.73	0.80	
Negligência de Supervisão	Total	0.33	1.42	1.17	1.34	
	5 aos 9 anos	- 1.82	0.09	0.29	0.29	0.58
	10 aos 15 anos	1.01	1.33	1.24	1.03	1.22
Abuso de Álcool e Exposição à Violência e Conflitos	0.04	0.18	0.58	0.18	0.52	

Nesta sequência, e de modo a analisar se o nível de suporte social percebido alto e baixo influencia o nível de práticas parentais negligentes dos grupos em análise, recorreu-se à realização de modelos de moderação via ANOVA a dois factores (ver tabela 11). Para este efeito, o suporte social percebido foi dicotomizado em Alto-Baixo procedendo-se, para isso, à utilização da mediana a partir da qual foi definido o nível Alto-Baixo de ambos os grupos. As variáveis independentes utilizadas na ANOVA a dois factores foram o suporte social percebido Alto-Baixo e os grupos Monoparental e Biparental, enquanto a variável dependente foram as diferentes tipologias de negligência apresentadas no instrumento de avaliação (Negligência Emocional e Cognitiva, Negligência Física, Negligência de Supervisão Total/cinco aos nove anos/10 aos 15 anos, Abuso de Álcool e Exposição a Violência e Conflitos).

4.5.1. Suporte Social Percebido Alto-Baixo e Negligência Emocional e Cognitiva, entre grupos

Nesta primeira interacção com a tipologia “Negligência Emocional e Cognitiva”, não houve efeitos significativos. Verificou-se que as famílias monoparentais e biparentais não apresentaram resultados estatisticamente significativos no efeito principal quanto a práticas negligentes ao nível emocional e cognitivo [$F(1,58)=1.10$, n.s]. Também, o efeito principal com o nível de suporte social percebido Alto-Baixo não evidenciou resultados estatisticamente significativos relativamente às práticas parentais negligentes ao nível emocional e cognitivo [$F(1,58)=0.52$, n.s]. Não obstante à ausência de significância destas interacções, o efeito de interacção [$F(1,58)=0.00$, n.s] também revelou não haver influência estatisticamente significativa na relação entre os grupos com o nível de suporte social percebido Alto-Baixo e o exercício de práticas parentais negligentes ao nível emocional e cognitivo.

4.5.2. Suporte Social Percebido Alto-Baixo e Negligência de Supervisão – Total, entre grupos

Os resultados obtidos da interacção com a tipologia “Negligência de Supervisão Total”, também demonstraram ausência de efeitos significativos. Verificou-se que o efeito principal entre as famílias monoparentais e biparentais não evidenciou resultados estatisticamente significativos quanto às práticas parentais negligentes ao nível da supervisão total [$F(1,64)=0.00$, n.s]. Não obstante, o efeito principal realizado com o nível de suporte social percebido Alto-Baixo também mostrou ausência de resultados estatisticamente

significativos no que respeita a esta tipologia em particular [$F(1,64)=3.11$, n.s]. Por sua vez, também o efeito de interação [$F(1,64)=0.19$, n.s] revelou não haver influência estatisticamente significativa na relação entre os grupos com o nível de suporte social percebido Alto-Baixo e o exercício de práticas parentais negligentes ao nível da supervisão.

4.5.3. Suporte Social Percebido Alto-Baixo e Negligência de Supervisão – cinco aos nove anos, entre grupos

Relativamente à interação realizada com a tipologia “Negligência de Supervisão – cinco aos nove anos”, não foram encontrados efeitos significativos. Foi verificado que o efeito principal entre as famílias monoparentais e biparentais não apresentou resultados estatisticamente significativos quanto às práticas parentais negligentes ao nível da supervisão, em crianças com idades entre os cinco e os nove anos [$F(1,64)=2.22$, n.s]. Ainda, o efeito de interação com o nível de suporte social percebido Alto-Baixo, não apresentou resultados estatisticamente significativos com esta tipologia de negligência [$F(1,64)=0.05$, n.s]. No entanto, também o efeito de interação [$F(1,64)=3.33$, n.s] demonstrou não haver influência estatisticamente significativa na relação entre os grupos com o nível de suporte social percebido Alto-Baixo e o exercício de práticas parentais negligentes ao nível da supervisão em crianças com idades compreendidas entre os cinco e os nove anos.

4.5.4. Suporte Social Percebido Alto-Baixo e Negligência de Supervisão – 10 aos 15 anos, entre grupos

Na tipologia “Negligência de Supervisão – 10 aos 15 anos”, a interação realizada também evidenciou ausência de efeitos significativos. O efeito principal entre as famílias monoparentais e biparentais não evidenciou resultados estatisticamente significativos quanto às práticas parentais negligentes ao nível da supervisão, em crianças com idades entre os 10 e os 15 anos [$F(1,64)=0.33$, n.s]. Também o efeito principal com o suporte social percebido Alto-Baixo não demonstrou resultados estatisticamente significativos [$F(1,64)=3.43$, n.s]. Por sua vez, também o efeito de interação [$F(1,64)=0.05$, n.s] demonstrou não haver influência estatisticamente significativa na relação entre os grupos com o nível de suporte social percebido Alto-Baixo e o exercício de práticas parentais negligentes ao nível da supervisão em crianças com idades compreendidas entre os 10 e os 15 anos.

4.5.5. Suporte Social Percebido Alto-Baixo e Negligência Física, entre grupos

Quanto à interação realizada com a tipologia “Negligência Física”, não foram encontrados efeitos significativos. O efeito principal entre as famílias monoparentais e biparentais não foi estatisticamente significativo, quanto às práticas parentais negligentes ao nível físico [$F(1,62)=0.53$, n.s], nem o nível do suporte social percebido Alto-Baixo que também não obteve resultados estatisticamente significativos no efeito principal com esta tipologia de negligência [$F(1,62)=0.01$, n.s]. Por sua vez, também o efeito de interação [$F(1,62)=0.88$, n.s] demonstrou não haver influência estatisticamente significativa na relação entre os grupos, com o nível de suporte social percebido Alto-Baixo e o exercício de práticas parentais negligentes ao nível físico.

4.5.6. Suporte Social Percebido Alto-Baixo e Abuso de Álcool e Exposição à Violência e Conflitos, entre grupos

Por fim, na interação com a tipologia “Abuso de Álcool e Exposição à Violência e Conflitos”, os efeitos obtidos também resultaram na ausência de significância. O efeito principal entre as famílias monoparentais e biparentais não obteve resultados estatisticamente significativos em relação com as práticas parentais negligentes de abuso de álcool e violência/conflitos [$F(1,64)=0.00$, n.s]. Ainda, no efeito principal com o suporte social percebido Alto-Baixo, não foram encontrados resultados estatisticamente significativos [$F(1,64)=0.56$, n.s]. Em resultado, o efeito de interação [$F(1,64)=0.35$, n.s] também demonstrou não haver influência estatisticamente significativa na relação entre os grupos com o nível de suporte social percebido Alto-Baixo e o exercício de práticas parentais negligentes em situações de abuso de álcool e exposição de violência/conflitos.

Tabela 11. Diferenças de médias das práticas parentais negligentes entre os grupos Monoparental e Biparental, tendo em conta o Suporte Social Alto-Baixo.

Tipologias de práticas parentais negligentes	Suporte Social Alto				Suporte Social Baixo			
	Grupo Monoparental		Grupo Biparental		Grupo Monoparental		Grupo Biparental	
	<i>Média</i>	<i>DP</i>	<i>Média</i>	<i>DP</i>	<i>Média</i>	<i>DP</i>	<i>Média</i>	<i>DP</i>
Negligência Emocional e Cognitiva	11.23	5.09	12.53	3.57	10.33	5.22	11.64	5.15
Negligência Física	4.93	0.27	4.65	1.06	4.76	0.57	4.80	0.41
Total	1.14	1.03	1.69	1.66	1.56	1.25	1.00	0.94
Negligência de Supervisão								
5 aos 9 anos	0.21	0.43	0.37	0.72	0.00	0.00	0.18	0.39
10 aos 15 anos	0.93	1.14	1.31	1.45	1.56	1.25	0.82	0.95
Abuso de Álcool e Exposição à Violência e Conflitos	0.14	0.54	0.12	0.49	0.22	0.65	0.25	0.58

4.6. Diferenças na Satisfação com a vida em famílias monoparentais e biparentais, de acordo com o suporte social percebido Alto-Baixo – Objectivo 3

De modo a analisar o terceiro objectivo proposto neste estudo, que pretende verificar se os níveis de satisfação com a vida diferem nas famílias monoparentais e biparentais, segundo o nível de suporte social percebido Alto-Baixo, realizou-se inicialmente o teste *t* para comparação de médias em amostras independentes e de seguida procedeu-se à realização de ANOVA a dois factores, de modo a analisar o impacto do nível de suporte social percebido nos índices de satisfação com a vida entre as famílias monoparentais e biparentais (ver tabela 12).

Relativamente ao teste *t*, foi possível verificar a existência de diferenças significativas entre as famílias monoparentais e biparentais ao nível da satisfação com a vida [$t(61)=-2.81$, $p<0.01$], sendo a média da satisfação com a vida superior nas famílias monoparentais ($M = 18.94$, $DP = 4.98$) do que nas famílias monoparentais ($M = 15.60$, $DP = 4.40$).

Seguidamente, e no sentido de avaliar se o nível de suporte social percebido (Alto-Baixo) influencia o nível de satisfação com a vida, procedeu-se à realização da ANOVA a dois factores, utilizando a dicotomização do suporte social percebido – Alto e Baixo – já efectuada no objectivo anterior. A variável independente utilizada na ANOVA a dois factores foi o Suporte Social Alto-Baixo enquanto a variável dependente utilizada foi a satisfação com a vida.

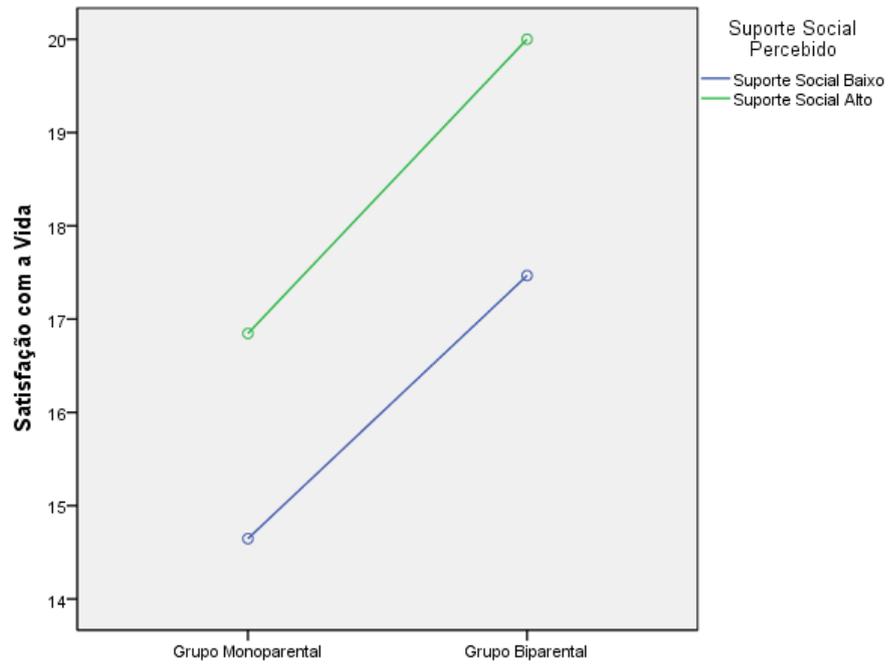
Nesta interacção, verificou-se um efeito significativo entre as famílias biparentais e as famílias monoparentais na satisfação com a vida [$F(1,61)=6.34$, $p<0.05$] e que o nível de suporte social Alto está relacionado com um maior nível de satisfação com a vida [$F(1,61)=3.98$, $p<0.05$]. Ambos os efeitos demonstraram-se significativos ao contrário do efeito de interacção [$F(1,61)=0.02$, n.s], que demonstrou não haver influência na relação dos grupos e do nível de suporte social percebido Alto-Baixo, com o nível de satisfação com a vida (ver figura 1).

Tabela 12. Diferenças de médias da satisfação com a vida entre os grupos Monoparental e Biparental tendo em conta o suporte social percebido Alto-Baixo

Satisfação com a Vida	Grupo Monoparental			Grupo Biparental	
	<i>t</i>	<i>Média</i>	<i>DP</i>	<i>Média</i>	<i>DP</i>
Total	-2.81*	15.60	4.40	18.94	4.98

gl=61, * $p<0.01$

Figura 1. Satisfação com a vida os grupos Monoparental e Biparental, de acordo com o nível de Suporte Social Percebido Alto-Baixo



5. Discussão

A presente discussão procurou debater os resultados alcançados neste estudo, realizados com o propósito de investigar o impacto da satisfação com o suporte social percebido nas práticas parentais negligentes e nos níveis de satisfação com a vida, em famílias monoparentais maternas e famílias biparentais maternas, com crianças cujas idades compreendiam-se entre os cinco e os 15 anos.

Globalmente não foram verificados resultados estatisticamente significativos nos objectivos específicos propostos neste estudo, à excepção do último objectivo. Os nossos resultados revelaram que as mães monoparentais não apresentaram nem mais nem menos satisfação com o suporte social percebido e, em consequência, mais (ou menos) práticas parentais negligentes, quando comparadas com as famílias biparentais. Este resultado não é totalmente consistente com a literatura, que refere que a satisfação com o suporte social percebido e informal possui um papel relevante na qualidade das práticas parentais, uma vez que favorece o bem-estar parental e individual, que vem a reflectir-se na qualidade das práticas parentais (Leinonen, Solantaus & Punamaki, 2003). Estudos revelam que as famílias monoparentais, por encontrarem-se mais vulneráveis a contextos de stress, apresentariam maiores níveis de insatisfação, conduzindo a mais práticas parentais negligentes (Martins, Emery & Peris, 2004). Mas tal não foi observado. Por outro lado, a influência entre o nível de satisfação com o suporte social percebido e o nível de satisfação com a vida foi verificada. As mães biparentais, ao apresentarem maior satisfação com o suporte social percebido, mostraram-se mais satisfeitas com a vida. O mesmo acontece nas famílias monoparentais. Esta evidência vai ao encontro de estudos que revelam que as famílias que apresentam-se mais satisfeitas com as relações em seu redor e que avaliam este apoio como positivo e disponível, em caso de necessidade, têm aumentados os níveis de bem-estar psicológico e satisfação com a vida, contribuindo assim na protecção de práticas parentais abusivas (Ceballo & McLoyd, 2002).

No entanto, analisemos os resultados de cada objectivo específico em pormenor. No que concerne ao primeiro objectivo, que propunha avaliar as diferenças dos níveis de suporte social percebido em famílias monoparentais e biparentais, não foram verificadas diferenças estatisticamente significativas. De acordo com a literatura, seria esperado que as famílias monoparentais manifestassem níveis de satisfação inferiores às famílias biparentais, em virtude da sua estrutura singular que expõe as mães monoparentais a situações de vida mais vulneráveis e stressantes no quotidiano (Martins, Emery & Peris, 2004). Estes acontecimentos stressantes podem decorrer da sobrecarga de papéis e responsabilidades domésticas (Arranz &

Oliva, 2010), da quebra de rendimentos na família (Maia, 2006) que, para além da privação financeira, também conduz à privação sociocultural dos elementos (Garbarino & Abramovitz, 1992) e da falta de tempo que possuem para si e para a família, uma vez que podem trabalhar mais horas para compensar a diferença de rendimentos (McLanahan & Sandefur, 1994).

Em consequência da inexistência de diferenças significativas neste objectivo, realizaram-se correlações entre as variáveis sociodemográficas recolhidas na caracterização e as tipologias de suporte social percebido, entre as famílias em análise e constatou-se que, ao contrário das famílias monoparentais, as famílias biparentais obtiveram correlações significativas interessantes que espelham a vida das famílias na actualidade. Globalmente verificou-se que as mães biparentais que possuem uma maior carga horária de trabalho ao longo da semana e trabalham ao fim-de-semana/feriado encontraram-se mais insatisfeitas com as relações familiares e na partilha de assuntos íntimos. Também, as mães biparentais que revelaram menores rendimentos familiares mensais manifestaram-se mais insatisfeitas na partilha de assuntos íntimos e com a sua participação em actividades sociais. Estas correlações também podem dever-se à distância e número de contactos regulares, explicados no parágrafo anterior.

A literatura aponta que são as famílias biparentais que apresentam-se mais satisfeitas com o suporte social percebido, isto é, que avaliam mais suporte disponível nas relações em seu redor, em caso de necessidade. A presença do cônjuge/companheiro está associado a uma fonte de suporte percebido positiva (Beach, Fincham, Katz & Bradbury, 1996), uma vez que é na relação conjugal que estas mães procuram mais suporte, para além do apoio da família, uma vez que é nesta relação que se investe mais energia e tempo (Belsky, 1984). Contudo, a presença do cônjuge/companheiro nas rotinas familiares não remete directamente para a satisfação das relações uma vez que esta pode também se encontra relacionada com o funcionamento familiar, com a ligação entre os elementos da família e com baixos níveis de hostilidade na família (Feldman, Wentzel, Weinberger & Munson, 1990). Assim, embora o casamento possa estar associado a uma fonte de satisfação e confiança, em resultado da partilha de tarefas e dos problemas do quotidiano, que promovem índices de suporte social percebido superiores (Karney & Bradbury, 2004), as mães biparentais deste estudo não mostraram encontrar-se muito satisfeitas com as redes de apoio informal.

No que concerne ao segundo objectivo específico deste estudo, que pretendeu investigar se as famílias com maior e menor satisfação com o suporte social percebido utilizariam mais ou menos práticas parentais negligentes, também não foram observadas diferenças estatisticamente significativas. Existem razões para acreditar que as famílias que

apresentem maior satisfação com o suporte social percebido e informal exercem menos práticas parentais negligentes, e vice-versa, sendo essa diferença maior nas famílias monoparentais (Albarrachin, Repetto & Albarrachin, 1997). O baixo suporte percebido na relação conjugal e a ausência percebida e real de suporte nas relações sociais, tem vindo a ser associado a comportamentos parentais mais negligentes (Kotch *et. al.*, 1997). Mais uma vez, a ausência de diferenças pode estar relacionada com as limitações referidas no objectivo anterior.

Todavia, também neste objectivo procedeu-se a realização de correlações entre as características sociodemográficas e as tipologias de negligência parental, entre as famílias monoparentais e biparentais. Ao contrário do que aconteceu com o suporte social percebido, as famílias monoparentais mostraram algumas correlações significativas, embora menos do que as famílias biparentais. Globalmente, as mães monoparentais que mostraram um nível de escolaridade superior e uma carga horária de trabalho semanal mais reduzida, foram associadas a práticas parentais mais negligentes, no que respeita à ausência de relações de afecto e conforto com a criança, e no acompanhamento escolar e promoção de actividades adequadas ao seu desenvolvimento, mas também na omissão de comportamentos de atenção sobre as condições de segurança adequadas ao desenvolvimento da criança, em casa e no exterior. Ainda sobre a carga horária semanal, as mães monoparentais que relataram mais horas de trabalho expuseram as suas crianças a mais situações de consumo e violência. A presença da carga horária em todas as correlações verificadas, remete-nos para as vulnerabilidades financeiras acrescidas que uma família monoparental, especialmente as famílias monoparentais maternas, pode enfrentar ao ter de gerir sozinha o orçamento familiar (Guareschi, *et al.*, 2003). Também, a falta de tempo que estas mães dispõem para si e para a família, pode contribuir para a insatisfação com as relações de apoio informal, gerando sentimentos de incompetência perante as tarefas e responsabilidades que lhe recaem e assim prejudicar a adequação das suas práticas parentais (Martin, Emery & Peris, 2004). A literatura indica que rendimentos inferiores e trabalhos precários parecem afectar indirectamente as famílias, através do efeito que estes possuem no ambiente social em que encontram-se integradas (Guillham, *et al.*, 1998). Ainda, no que respeita à escolaridade, o estudo de Dubowitz e colaboradores (2011) revela que as mães que possuem baixo nível de escolaridade podem carecer de competências nos cuidados à criança, justificando assim a correlação positiva entre as habilitações e as práticas parentais negligentes ao nível emocional e cognitivo. O facto da negligência de supervisão total encontrar-se relacionada com o número de horas de trabalho por semana, permite-nos compreender que, globalmente, uma

maior carga horária de trabalho afecta o acompanhamento de supervisão geral para com as suas crianças, independentemente das suas idades, pois retira a estas mães a disponibilidade necessária em assegurar condições de segurança.

Quanto às famílias biparentais, todas as tipologias de negligência parental obtiveram correlação significativa com as características sociodemográficas estudadas. No sentido geral, pode dizer-se que as mães biparentais que apresentaram baixo nível de escolaridade mostraram mais falhas nos comportamentos relativos ao afecto e acompanhamento no desenvolvimento da criança e em satisfazer as necessidades básicas da criança, como vestuário, higiene e alimentação. Estas relações remetem-nos para as evidências encontradas na literatura que mostram que mães com fracas competências escolares encontram-se mais vulneráveis ao desenvolvimento de comportamentos negligentes (Dubowitz, *et al.*, 2011). Ainda, as mães biparentais que apresentaram uma maior carga horária no trabalho, durante a semana e que trabalharam ao fim-de-semana/feriados, revelaram práticas parentais mais negligentes na satisfação das necessidades básicas das suas crianças (vestuário, higiene e alimentação) e expuseram as suas crianças a mais situações de consumo e violência. Contudo, a relação com esta última tipologia foi negativa para mães que trabalharam ao fim-de-semana/feriados, mostrando que quando trabalharam ao fim-de-semana/feriados são as que menos expuseram as suas crianças a situações de consumo e violência. Este resultado pode dever-se ao facto destas mães, em dias em que os serviços educativos estão encerrados, colocam as crianças em ambientes seguros. No que respeita aos resultados relativos à exposição da criança a situações de consumo e violência, a literatura revela que o trabalho excessivo influencia o comportamento parental, conduzindo a práticas parentais mais abusivas que recorrem ao uso frequente da disciplina quando as experiências do trabalho são negativas (Repetti & Wood, 1997). Ainda, mães que realizaram horas extraordinárias no último mês apresentaram práticas mais negligentes ao nível da supervisão total e em crianças com idades compreendidas entre os 10 e os 15 anos. Uma razão para este facto pode prender-se com a falta de disponibilidade destas mães em assegurar uma supervisão adequada às suas crianças quando se encontra ausente, o que nos leva a reflectir novamente na satisfação com as redes de suporte social informal.

Por fim, quanto ao terceiro objectivo específico, foram verificadas diferenças estatisticamente significativas, corroborando parcialmente a hipótese levantada de que as famílias com maior e menor satisfação com o suporte social percebido manifestam diferenças com os níveis de satisfação com a vida, embora não tenha sido observado efeito de interacção. Verificou-se que as famílias monoparentais reportaram menos satisfação com a vida do que as

biparentais e que em qualquer uma das tipologias de famílias, as que revelaram mais suporte social encontravam-se mais satisfeitas com a vida. A literatura é consistente com estes resultados, que aponta para o facto de as famílias que apresentam maior satisfação com o suporte social demonstram maiores índices de satisfação com a vida, uma vez que a avaliação subjectiva do indivíduo, de que é desejado e estimado pelos que lhe estão próximos, contribui para sentimentos de bem-estar e suporte (Cohen & Wills, 1985).

Os resultados obtidos permitem-nos afirmar que nem sempre são as famílias monoparentais maternas aquelas que apresentam mais práticas parentais negligentes ou que possuem níveis superiores de insatisfação com o suporte social informal. Isto vem confirmar que nem sempre a estrutura familiar parece influir na parentalidade negligente (Calheiros, 2006). Embora não tivesse sido detectada a diferença entre grupos, algumas associações foram observadas entre as características sociodemográficas e que nos permitem concluir que o trabalho é, para estas famílias, a características mais associada aos índices de satisfação com o suporte social e a práticas parentais negligentes.

Acreditamos que este estudo, por não ter apresentado na totalidade, as diferenças esperadas, contribuiu para uma outra compreensão sobre as famílias monoparentais maternas que revela que estas, embora mais susceptíveis de vivenciar momentos de stress em detrimento da sua estrutura familiar, parecem encontrar alternativas igualmente compensatórias da sua rede de suporte informal (Arboleda & Duarte, 2010).

Contudo, consideramos que a presente investigação apresentou algumas limitações metodológicas que poderão ter influenciado os resultados. Pensamos que o tamanho da amostra foi o maior obstáculo para o alcance de resultados. A sua dimensão reduzida fez resultar grupos pequenos, o que dificultou a análise posterior da influência do suporte social percebido nos índices de práticas de práticas parentais, já que diminuiu o poder estatístico e a representatividade da amostra. Ainda, o facto de termos optado por um estudo correlacional, através da associação entre variáveis, não permite-nos apontar predictores das práticas negligentes. Teria sido importante, para além de aumentar o número de participantes, incluir mães de crianças dos zero aos cinco anos, abrangendo vários estádios de desenvolvimento. Por fim, na recolha de informação para a caracterização da amostra, deveríamos ter diminuído o intervalo “Rendimentos entre 486 euros e 1200 euros” relativo ao rendimento familiar mensal uma vez que dificulta a diferenciação entre as famílias que possuem rendimentos de 500 euros ou do dobro. Isso teria permitido uma maior capacidade de diferenciação dos níveis socioeconómicos das famílias.

Relativamente à realização de novos estudos sobre o tema, deixamos algumas considerações para o futuro, nomeadamente a inclusão do critério de avaliação do índice de stress quotidiano dos cuidadores, ao nível das relações familiares, conjugais e parentais, analisando a quantidade de stress do individuo, oferecendo assim visão alargada sobre as relações daquele sistema familiar e a informação do número de contactos regulares com as redes de suporte (telefone, contacto físico, redes sociais), de modo a fazer a ligação com o nível de satisfação com o suporte social.

6. Referências

- Acitelli, L. K. (1996). The neglect links between marital support and marital satisfaction. In R. P. Gregory, R. S. Barbara, & G. S. Irwin (Eds.) *Handbook of Social Support and the Family*, 83-103, New York: Plenum Press
- Albarrachin, D., Repetto, M. J. & Abarrachin, M. (1997). Social support in child abuse and neglect: support functions, sources and contexts. *Child Abuse and Neglect*, 77, 607-615
- Amaro, F. (2004). A família portuguesa. Tendências actuais. *Cidade Solidária*.
- Amorim, M. I. (2009). *Para lá dos números... Aspectos psicossociais e qualidade de vida do indivíduo com Diabetes Mellitus Tipo 2*. Porto: Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar
- Arboleda, M. R. & Duarte, J. C. (2010). Famílias Monoparentales. In E. Arranz. & A. Oliver. (Eds) *Desarrollo psicológico en las nuevas estructuras familiares*. Madrid, Espanha: Ediciones Pirámide
- Arranz, E. & Oliva, A. (2010) *Desarrollo psicológico en las nuevas estructuras familiares*. Madrid, Espanha: Ediciones Pirámide
- Barnett, D., Manly, J. T. & Cicchetti, D. (1993) Defining child maltreatment: The interface between policy and research. In D. Cicchetti & S. L. Toth (Eds.), *Child abuse, child development, and social policy*, 7-74, Norwood, NJ: Ablex
- Barrera, M. (1986). Distinctions between social support concepts, measures, and models. *American Journal of Community Psychology*, 14, 413-445
- Base de dados Portugal Contemporâneo (2010) [online] retirado em 15 de Janeiro de 2010 de [http:// www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)
- Bazon, M. R., Mello, I. L., Bérqamo, L. P. & Faleiros, J. M. (2010). Negligência infantil: estudo comparativo do nível socioeconomico, estresse parental e apoio social. *Temas em Psicologia*, 18, 71-84
- Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: a process model. *Child Development*. 55, 83-96
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development*. Cambridge: Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the Family as a Context for Human Development: Research Perspectives. *Developmental Psychology*, 22, 723-742
- Bronfenbrenner, U. (1993). The ecology of cognitive development: research models and fugitive findings. In Wozniak, R., & Fisher, K. (Eds.). *Development in context, acting and thinking in specific environments*. New Jersey: LEA.

- Calheiros, M. (2006). *A construção social do mau trato e negligência parental: do senso comum ao conhecimento científico*. Fundação Calouste Gulbenkian Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1ª Edição.
- Calheiros, M. & Monteiro, M. (2007). Relações familiares e práticas maternas de mau trato e de negligência. *Análise Psicológica*, 2, 195-210
- Cohen, S. & Wills, T. A. (1985). Stress, social support and the buffering hypothesis. *Psychological Bulletin*, 98, 310-357
- Colletta, N. D. (1979). Support systems after divorce: Incidence and impact. *Journal of Marriage and the Family*, 41, 837-846
- Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (2011). *Relatório Anual de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens*. Lisboa: CNPCJR
- Corby, B. (2006). *Child Abuse: towards a knowledge base*. Open University Press
- Cramer, D., Henderson, S., & Scott, R. (1997). Mental health and desired social support: a four-wave panel study. *Journal of Social and Personal Relationships*, 14, 761-775
- Dubowitz, H., Pitts, S. C. & Black, M. M. (2004). Measurement of three major subtypes of child neglect. *Child Maltreatment*, 9, 344-356
- Dubowitz, H., Newton, R. R., Litrownik, A. J., Lewis, T., Briggs, E. C., Thompson, R., English, D., Lee, L. & Feerick, M. M. (2005). Examination of conceptual model of child neglect. *Child Maltreatment*, 10, 173-189
- Dubowitz, H. & Bennett, S. (2007, June). *Physical abuse and neglect of children*. Paper presented to Seminar Lancet, USA
- Dubowitz, H., Kim, J., Black, M. M., Weisbart, C. & Semiatin, J. (2011). Identifying children at high risk for child maltreatment report. *Child Abuse and Neglect*, 35, 96-104
- Duis, S. S., Summers, M. & Summers, C.R. (1997). Parent versus Child Stress in Diverse Family Types: an ecological approach. *TECSE*, 17, 53-73
- Dunst, C. & Trivette, C. (1990). Assessment of social support in early intervention programs. In S. Meisels & J. Shonkoff (Eds.), *Handbook of early childhood intervention*, 326-340. New York: Cambridge University Press.
- Garbarino, J., Guttman, E. & Seeley, J. (1986). *The psychologically battered child: strategies for identification, assessment, and intervention*. San Francisco: Jossey-Bass
- Garbarino, J. M. & Abramowitz, R. H. (1992). The ecology of human development, *Children and Families in the Social Environment*. 11-33

- Gaudin, J. M., Polansky, N. A., Kilpatrick, A. C. & Shilton, P. (1996). Family functioning in neglectful families. *Child Abuse & Neglect*, 20, 363-377
- Gomes, M. A. & Pereira, M. L. (2005). Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência & Saúde Colectiva*, 10, 357-363
- Gottlieb, B. H. (1981). *Social networks and social support*. Beverly Hills, CA: Sage Publications.
- Griep, R. H. & Chor, D. & Faerstein, E. & Werneck, G. L. & Lopes, C. S. (2005). Validade de constructo de escala de apoio social do Medical Outcomes Study adaptada para o português no estudo Pró-Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 21, 703-714.
- Guareschi, P., Pizzinato, A., Kruger, L. & Macedo, M. (2003). *Psicologia em questão. Reflexões sobre a contemporaneidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS
- Guillham, B., Tanner, G., Cheyne, B., Freeman, I., Rooney, M. & Lambie, A. (1998). Unemployment rates, single parent density, and indices of child poverty: their relationship to different categories of child abuse and neglect. *Child Abuse & Neglect*, 2, 79-90
- Harrington, D., Zuravin, S., DePanfilis, D., Ting, L. & Dubowitz, H. (2002). The neglect scale: confirmatory factor analyses in low-income samples. *Child Maltreatment*, 7, 359-368
- Instituto Nacional de Estatística. (2007). Estatísticas Demográficas 2005 [versão electrónica]. População e Sociedade
- Kantor, G. K. & Little, L. (2003). Redefining the boundaries of child neglect: when does domestic violence equate with parental failure to protect? *Journal of Interpersonal Violence*, 18, 338-355
- Kantor, G. K., Holt, M. K., Mebert, C. J., Straus, M. A., Drach, K. M., MacAllum, C. A. & Brown, W. (2004). Development and preliminary psychometric properties of the multidimensional neglectful behavior scale – child report. *Child Maltreatment*, 8, 409-428
- Kotch, J. B., Borwne, D. C., Ringwalt, C. L., Dufort, V. & Ruina, E. (1997). *Child Abuse and Neglect*, 21, 1025-1037
- Lakey, B. & Cassady, P. B. (1990). Cognitive processes in perceived social support. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59, 337-348.
- Leinonen, J., Solantaus, T., & Punamaki, R. (2003). Social Support and the quality of parenting under economic pressure and workload in Finland: the role of family structure and parental gender. *Journal of Family Psychology*. 7, pp. 409-418
- Machado, C. (1996). Maus-tratos de menores, vitimização e poder: proposta de um modelo integrado de análise. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 1, 133-147.

- Magalhães, T. (2005). *Maus Tratos em Crianças e Jovens*. Coimbra: Quarteto.
- Maia, A. (2006). *O contributo das experiências familiares, vinculação e apoio social para a depressão no adulto*. Tese de Doutoramento em Psicologia Clínica, Universidade do Minho: Instituto de Educação e Psicologia
- Martin, M., Emery, R. & Peris, T. (2004). Single-Parent Families: risks resilience and change. In M. Coleman & L. Ganong (Eds) *Handbook of Contemporary Families: Considering the past, contemplating the future*, 79-95, SAGE Publications
- McCrone, P., Beecham, J. & Knapp, M. (1994) Community psychiatric nurse teams: cost-effectiveness of intensive support versus generic care. *British Journal of Psychiatry*, 165, 218-221.
- McLanahan, S. & Sandefur, G. D. (1994). *Growing up with a single parent: What hurts, what helps*. Cambridge.: Harvard University Press.
- Minuchin, S. & Fishman, C. (1981), *Family Therapy Techniques*. Harvard: University Press
- Moreira, J. M. & Gamboa, P. (2010). *Attachment style as a mediator of social support effects*. Manuscrito em preparação. Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa.
- Nogueira, E. J. (2001). Rede de relações sociais: um estudo transversal com homens e mulheres pertencentes a três grupos etários. Tese de Doutoramento em Educação não publicada, Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, SP.
- Ordem dos Psicólogos Portugueses (2011). *Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses*. Regulamento n.º 258/2011. Publicado na 2ª Série do Diário da República a 20 de Abril.
- Ornelas, J. (2008). *Psicologia Comunitária*. Lisboa: Fim de Século
- Paúl, C. & Fonseca, M. A. (2001). *Psicossociologia da Saúde*. Lisboa: Climepsi
- Pierce, G. R., Sarason, B. R., Sarason, I. G., Joseph, H. J & Henderson, C. A. (1996). Conceptualizing and Assessing Social Support in the context of the family. In G. R. Pierce, B. R. Sarason & I. G. Sarason, 3-23, New York: Plenum Press
- Relvas, A. & Alarcão, M. (2002). *Novas formas de famílias*. Lisboa: Editora Quarteto
- Relvas, A. (2004). *O ciclo vital da família. Perspectiva sistémica*. Edições Afrontamento, 3ª Edição
- Repetti, R. L. & Wood, J. (1997). Effects of daily stress at work on mother's interactions with preschoolers. *Journal of Family Psychology*, 11, 90-108
- Rohner, R. P. & Rohner, E. C. (1980). Antecedents and consequences of parental rejection: a theory of emotional abuse. *Child Abuse Neglect*, 4, 189-198

- Russell, D. W., Booth, B., Reed, D. & Laughlin, P. R. (1997). Personality, social networks, and perceived social support among alcoholics: A structural equation analysis. *Journal of Personality*, 65, 649-692
- Santos, C., Pais-Ribeiro, J. & Lopes, C. (2003). Estudo de adaptação da escala de satisfação com o suporte social (ESSS) a pessoas com diagnóstico de doença oncológica. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 4, 185-204.
- Sarason, B. R., Sarason, I. G., Hacker, T. A. & Basham, B. R. (1985). Concomitants of social support: social skills, physical attractiveness, and gender. *Journal of Personality and Social Psychology*, 49, 469-480.
- Sarason, I. G. & Saranson, B. R. (2009). Social support. Mapping the construct. *Journal of Social and Personal Relationship*, 26, 113-120.
- Schumaker, J. A., Slep, A. M. & Heyman, R. E. (2001). Risk factors for child neglect. *Aggression and Violent Behavior*, 6, 231-254
- Straus, M. A. & Kantor, G. K. (2005). Definition and measurement of neglectful behavior: some principles and guidelines. *Child Abuse & Neglect*, 29, 19-29
- Straus, M. A. (2006) Cross-cultural reliability and validity of multidimensional neglectful behavior scale adult recall short form. *Child Abuse & Neglect*, 30, 1257-1279
- Taylor, R. J., Chatters, L. M., Hardison, C. B. & Riley, A. (2001). Informal social support networks and subjective well-being among african American. *Journal of Black Psychology*, 27, 439-463
- Thompson, R. A. (1995). *Preventing Child Maltreatment through social support: a critical analysis*. SAGE Publications
- Wall, K. & Lobo, C. (1999). Famílias monoparentais em Portugal, *Análise Social*, 150, 123-145.
- Wills, T. & Shinar, O. (2000). Measuring Perceived and Received Social Support. In S. Cohen, L. Gordon & B. Gottlieb (Eds.) *Social support measurement and intervention: A guide for health and social scientists*. New York: Oxford University Press.
- Zuravin, S. J. (1999). Child Neglect: A review definitions and measurement research. In H. Dubowitz (Eds), *Neglected children: research practice and policy*, 24-46, Sage Publications

7. Anexos

7.1. Anexo A



QUESTIONÁRIO

Enquanto aluna do 2º ano do Mestrado de Psicologia Comunitária e Protecção de Menores do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e no âmbito da minha Dissertação de Mestrado (sob a orientação da Professora Doutora Carla Moleiro), encontro-me a efectuar um estudo sobre a importância do suporte social percebido nas práticas parentais das mães com crianças com idades dos 5 aos 15 anos, no dia-a-dia das suas famílias.

Neste sentido, venho solicitar a sua colaboração para o preenchimento do questionário em anexo. Com este questionário pretendo conhecer a sua opinião sobre alguns aspectos relacionados com a forma como percebe o suporte social e a importância que este tem no quotidiano familiar. Não existem respostas certas nem erradas. Por isso, peço que seja sincera nas suas respostas e que responda a todas as questões apresentadas. A sua participação é voluntária e as informações retiradas serão apenas sujeitas a análise estatística, tendo como fim uma análise académica. Em resultado, a confidencialidade e anonimato dos seus dados pessoais e das suas respostas encontram-se garantidos.

Muito obrigada pela sua colaboração.

Daniela Agostinho

SUPORTE SOCIAL E NEGLIGÊNCIA PARENTAL

No intuito de poder caracterizar as famílias participantes neste estudo, solicito a sua colaboração no preenchimento das questões abaixo apresentadas e que correspondem à sua situação nos últimos 6 meses.

1. Idade _____ anos	2. Concelho de Residência <input type="checkbox"/> Alcobaça <input type="checkbox"/> Nazaré <input type="checkbox"/> Lisboa <input type="checkbox"/> Outro: _____	3. Habilitações Profissionais <input type="checkbox"/> Até 4º ano <input type="checkbox"/> 2º Ciclo (6º) <input type="checkbox"/> 3º Ciclo (9º) <input type="checkbox"/> Secundário (12º) <input type="checkbox"/> Curso superior
4. Estado Civil <input type="checkbox"/> Solteira <input type="checkbox"/> Casada <input type="checkbox"/> Divorciada <input type="checkbox"/> Viúva Se respondeu <i>Casada</i>, avance para a questão n.º 6	5. Encontra-se numa relação amorosa? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
6. Quem coabita consigo e com o(s) seu(s) filho(s)? <input type="checkbox"/> Ninguém <input type="checkbox"/> Progenitor (pai da(s) criança(s)) <input type="checkbox"/> Companheiro (não progenitor da(s) criança(s)) <input type="checkbox"/> Família alargada: avós ou tios da(s) criança(s)	5.1. Se sim: <input type="checkbox"/> Namoro <input type="checkbox"/> União de Facto <input type="checkbox"/> Outro: _____	
7. Quantos filhos coabitam consigo? <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> ≥ 4		
7.1. Quais as suas idades? 1. _____ anos 2. _____ anos 3. _____ anos 4. _____ anos 5. _____ anos		
8. Situação Profissional <input type="checkbox"/> Empregada <input type="checkbox"/> Desempregada <input type="checkbox"/> À procura do 1º emprego <input type="checkbox"/> Reformada <input type="checkbox"/> Outro: _____		
Se respondeu <i>Empregada</i>, por favor, responda às questões 9, 10, 11 e 11.1.		
9. O seu horário de trabalho corresponde a quantas horas/semana? _____ horas	10. Trabalha aos fins-de-semana e feriados? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
11. No mês anterior realizou horas extraordinárias? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
11.1. Se sim, quantas horas no total (no mês anterior)? _____ horas		
12. Qual o rendimento mensal da sua família? (vencimento total/mensal do(s) adulto(s)) <input type="checkbox"/> Rendimentos acima dos 1200 euros <input type="checkbox"/> Rendimentos entre 486 euros e 1200 euros <input type="checkbox"/> Remuneração igual ou inferior ao salário mínimo nacional (485 euros) ou reformas <input type="checkbox"/> Apoios Sociais (Rendimento Social de Inserção, Subsídio de Desemprego, outros)		

SUPORTE SOCIAL E NEGLIGÊNCIA PARENTAL

ESSS (Ribeiro, 1999)

A seguir vai encontrar várias afirmações, seguidas de cinco letras. Marque um círculo à volta da letra que melhor qualifica a sua forma de pensar. Por exemplo, na primeira afirmação, se você pensa quase sempre que por vezes se sente só no mundo e sem apoio, deverá assinalar a **letra A**, se acha que nunca pensa isso deverá marcar a **letra E**.

	Concordo totalmente	Concordo na maior parte	Não concordo nem discordo	Discordo a maior parte	Discordo totalmente
1. Por vezes sinto-me só no mundo e sem apoio.	A	B	C	D	E
2. Não saio com amigos tantas vezes quantas eu gostaria.	A	B	C	D	E
3. Os amigos não me procuram tantas vezes quantas eu gostaria.	A	B	C	D	E
4. Quando preciso de desabafar com alguém encontro facilmente amigos com quem o fazer.	A	B	C	D	E
5. Mesmo nas situações mais embaraçosas, se precisar de apoio de emergência tenho várias pessoas a quem posso recorrer.	A	B	C	D	E
6. Às vezes sinto falta de alguém verdadeiramente íntimo que me compreenda e com quem possa desabafar sobre coisas íntimas.	A	B	C	D	E
7. Sinto falta de actividades sociais que me satisfaçam.	A	B	C	D	E
8. Gostava de participar mais em actividades de organizações (e.g., clubes desportivos, escuteiros, partidos políticos, etc.).	A	B	C	D	E
9. Estou satisfeita com a forma como me relaciono com a minha família.	A	B	C	D	E
10. Estou satisfeita com a quantidade de tempo que passo com a minha família.	A	B	C	D	E
11. Estou satisfeita com o que faço em conjunto com a minha família.	A	B	C	D	E
12. Estou satisfeita com a quantidade de amigos que tenho.	A	B	C	D	E
13. Estou satisfeita com a quantidade de tempo que passo com os meus amigos.	A	B	C	D	E
14. Estou satisfeita com as actividades e coisas que faço com o meu grupo de amigos.	A	B	C	D	E
15. Estou satisfeita com o tipo de amigos que tenho.	A	B	C	D	E

SUPORTE SOCIAL E NEGLIGÊNCIA PARENTAL

MNBS-PR Full-Version (Kantor, Straus & Holt, 2004, adaptado por Melo & Alarcão, 2009)

Seguem-se algumas questões acerca da forma como os pais e as crianças/jovens se relacionam. Por favor responda pensando se, nos últimos 6 meses, as situações descritas são parecidas com o que se passa consigo e a sua criança/jovem. Assinale, de acordo com a seguinte escala, em que medida a situação:

0 = Nunca aconteceu **1** = Quase nunca acontece **2** = Aconteceu algumas vezes
3 = Aconteceu bastantes vezes **4** = Aconteceu sempre

	Nunca aconteceu	Quase nunca aconteceu	Aconteceu algumas vezes	Aconteceu bastantes vezes	Aconteceu sempre
1. Observou a sua criança/jovem a brincar e/ou esteve envolvido nas actividades da sua criança	0	1	2	3	4
2. Tentou consolar a sua criança/jovem para que se sentisse melhor quando ela estava triste	0	1	2	3	4
3. <u>(Responder a esta questão apenas se a criança/jovem tiver menos que 10 anos)</u> Pendurou em casa os desenhos da sua criança/jovem	0	1	2	3	4
4. <u>(Responder a esta questão apenas que se a criança/jovem tiver entre 10 e 15 anos)</u> Pendurou em casa trabalhos da escola da sua criança/jovem	0	1	2	3	4
5. Disse à sua criança/jovem que a amava	0	1	2	3	4
6. Fez coisas divertidas com a sua criança/jovem	0	1	2	3	4
7. Preparou as comidas favoritas da sua criança/jovem	0	1	2	3	4
8. Elogiou a sua criança/jovem	0	1	2	3	4
9. Mostrou à sua criança/jovem que reparou quando ela fez alguma coisa bem feita	0	1	2	3	4
10. Mostrou interesse nas actividades e passatempos da sua criança/jovem	0	1	2	3	4
11. Conheceu ou conversou com os professores da sua criança/jovem na escola	0	1	2	3	4
12. Sentou-se e conversou com a sua criança/jovem	0	1	2	3	4
13. Leu livros com a sua criança/jovem	0	1	2	3	4

SUPORTE SOCIAL E NEGLIGÊNCIA PARENTAL

	Nunca aconteceu	Quase nunca aconteceu	Aconteceu algumas vezes	Aconteceu bastantes vezes	Aconteceu sempre
14. Ajudou a sua criança/jovem com os seus trabalhos de casa	0	1	2	3	4
15. Falou com a sua criança/jovem sobre o que ela estava a aprender na escola	0	1	2	3	4
16. Ajudou a sua criança/jovem quando ela estava com dificuldade em entender alguma coisa	0	1	2	3	4
17. <u>(Responder apenas se a sua criança/jovem tiver menos de 10 anos)</u> Não sabia onde a sua criança/jovem estava a brincar numa altura em que ela estava fora de casa	0	1	2	3	4
18. <u>(Responder apenas se a sua criança/jovem tiver entre 10 e 15 anos)</u> Sabia onde a sua criança/jovem estava depois da escola	0	1	2	3	4
19. <u>(Responder apenas se a sua criança/jovem tiver menos de 10 anos)</u> Deixou a sua criança/jovem sozinha no carro	0	1	2	3	4
20. <u>(Responder apenas se a sua criança/jovem tiver entre 10 e 15 anos)</u> Ligou à sua criança/jovem do trabalho para saber como ela estava	0	1	2	3	4
21. <u>(Responder apenas se a sua criança/jovem tiver menos de 10 anos)</u> Não sabia o que a sua criança/jovem estava a fazer quando ela não estava em casa	0	1	2	3	4
22. <u>(Responder apenas se a sua criança/jovem tiver entre 10 e 15 anos)</u> Preocupou-se se a sua criança/jovem fez coisas erradas, como roubar	0	1	2	3	4
23. Conhecia os amigos com que a sua criança/jovem estava	0	1	2	3	4
24. Assegurou-se que a sua criança/jovem tomou um banho ou duche	0	1	2	3	4
25. Manteve a sua casa limpa	0	1	2	3	4
26. Assegurou-se que a sua criança/jovem vestiu roupas que a mantinham quente ou seca	0	1	2	3	4
27. Assegurou-se que a sua criança/jovem escovava dos dentes todos os dias	0	1	2	3	4

SUPORTE SOCIAL E NEGLIGÊNCIA PARENTAL

	Nunca aconteceu	Quase nunca aconteceu	Aconteceu algumas vezes	Aconteceu bastantes vezes	Aconteceu sempre
28. Encorajou a sua criança/jovem a comer vegetais, fruta e leite	0	1	2	3	4
29. Os adultos que moram em casa bateram uns aos outros ou atiravam com coisas e a sua criança/jovem pode ter ouvido	0	1	2	3	4
30. Os adultos que moram em casa bateram uns aos outros ou atiravam com coisas e a sua criança/jovem pode ter visto	0	1	2	3	4
31. Embebedou-se (ou ficou pedrado) e não conseguiu tomar conta da sua criança/jovem	0	1	2	3	4

SWLS (Diener et al., 1985, adaptado por Simões, 1992)

Mais abaixo, encontrará cinco frases, com que poderá concordar ou não. Utilize a escala de 1 (Discordo muito) a 5 (Concordo muito), à direita de cada frase. Assinale uma cruz (X) dentro do círculo que melhor indicar a sua resposta.

- ① Discordo muito ② Discordo um pouco ③ Nem concordo nem discordo
 ④ Concordo um pouco ⑤ Concordo muito

1. A minha vida FAMILIAR parece-se, em quase tudo, com o que eu desejaria que ela fosse.
 ① ② ③ ④ ⑤
2. As minhas condições de vida FAMILIAR são muito boas.
 ① ② ③ ④ ⑤
3. Estou satisfeita com a minha vida FAMILIAR.
 ① ② ③ ④ ⑤
4. Até agora, tenho conseguido as coisas importantes da vida, que eu desejaria para a minha FAMILIA.
 ① ② ③ ④ ⑤
5. Se eu pudesse recomeçar a minha vida, não mudaria nada.
 ① ② ③ ④ ⑤

Muito Obrigada!